

O FUTURO É LOCAL

O jornalismo
das favelas e
periferias como
mecanismo de
transformação
social



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Fundação Itaú | Comunicação e Relações Institucionais

O futuro é local : o jornalismo das favelas e periferias como mecanismo de transformação social / coordenação-geral, Anderson Meneses, Fabiana Sousa, Monique Silva. — São Paulo : Fundação Itaú, 2026.
128 p. : il. color. ; PDF

Dossiê de recomendações com os resultados da 3ª Conferência de Jornalismo de Favelas e Periferias.

ISBN 978-85-7979-254-0

1. Jornalismo local. 2. Jornalismo comunitário. 3. Favelas. 4. Periferias. 5. Justiça climática. 6. Racismo ambiental. I. Meneses, Anderson. II. Sousa, Fabiana. III. Silva, Monique. IV. Fundação Itaú. V. Fala Roça. VI. Agência Mural. VII. Título.

CDD 070.433

Bibliotecário: Fernando Galante Silva CRB-8/10536

*Este dossiê concretiza os esforços e
aprendizados reunidos durante a
**3ª Conferência de Jornalismo de
Favelas e Periferias**, apresentada
pela Fundação Itaú.*



APRESENTAÇÃO

Você está lendo o resultado de um processo coletivo de escuta e construção realizado durante a **3ª Conferência de Jornalismo de Favelas e Periferias**, na Rocinha, no Rio de Janeiro (RJ), sob o tema “Justiça climática para nossos territórios”.

Mais do que um registro do evento, este documento tem caráter recomendativo para adiar/reduzir/combater as injustiças climáticas por meio da diminuição das desigualdades de informação nos territórios, em nível local.

Ele reúne as principais propostas, aprendizados e caminhos possíveis compartilhados nas mesas e rodas de conversa, pensados para orientar a formulação de políticas públicas, programas e estratégias de fortalecimento do jornalismo das favelas e periferias.

Ao longo de três edições, a conferência se propôs a ser um espaço, agora nacional, de articulação e incidência do jornalismo das favelas e periferias. Um ambiente em que comunicadores se reconhecem como parte de um mesmo movimento, compartilham metodologias, fortalecem suas redes e constroem estratégias conjuntas de atuação diante das desigualdades informacionais e ambientais que marcam o país.

Cada mesa do encontro foi desenhada como um espaço de escuta ativa e elaboração coletiva, com foco em práticas que ampliem políticas públicas eficientes, bem como o acesso de organizações periféricas à filantropia, ao financiamento institucional e à sustentabilidade de longo prazo.

As conversas tiveram um objetivo: transformar vivências, desafios e soluções dos territórios em propostas concretas de *advocacy*, capazes de influenciar políticas e investimentos no campo da comunicação, do jornalismo e da justiça climática.

Este documento é, portanto, uma síntese política e prática desse processo, devolvendo à sociedade e ao poder público um conjunto de ideias e planos para fortalecer o jornalismo local, democratizar o acesso a recursos e valorizar o papel das mídias periféricas, de favelas e comunitárias como agentes centrais na defesa da democracia e na construção de soluções para a crise climática a partir dos territórios.

Nosso ecossistema de mídia existe. Produz informações relevantes, conta histórias necessárias, gera dados, fiscaliza políticas públicas e joga luz sobre a falta de acesso a direitos, operando um dos pilares da democracia: o direito à cidadania.

Boa leitura!

SUMÁRIO



Prefácio

P. 8

Por que uma Conferência de Jornalismo de Favelas e Periferias?

P. 10

Comida de mãe

P. 18

Reconhecer jornalismo plurais como ferramenta de combate à crise climática

P. 22



QUANDO OS TERRITÓRIOS NARRAM O CLIMA

P. 26

Centro-Oeste –
Comunicação cerradeira dos/nos territórios é direito ancestral
P. 29

Nordeste – O jornalismo independente no Nordeste e a materialização de imaginários possíveis
P. 32

Norte – Colar o céu com as mãos: memória, território e jornalismo na linha de frente da crise climática nas periferias da Amazônia
P. 35

Sudeste – Jornalismo local/comunitário: resistência, denúncia e construção de conhecimento
P. 38

Sul – Um olhar jornalístico a partir do desastre que eclodiu no Rio Grande do Sul
P. 41



POR QUE UM DOSSIÊ DE RECOMENDAÇÕES?

P. 44



JUSTIÇA CLIMÁTICA

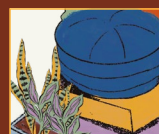
P. 48

3.1. O que é justiça climática para os nossos territórios?
P. 50

3.2. Como pautar clima, raça e gênero para fomentar políticas públicas
P. 54

3.3. O que não foi falado na COP30
P. 58

3.4. Reportagens sobre o clima que geram mudanças reais
P. 62



SOBRE O FAZER JORNALÍSTICO NOS TERRITÓRIOS

P. 68

4.1. Quando o jornalismo vira mobilização de verdade
P. 70

4.2. Comunicação ancestral para futuros possíveis
P. 74

4.3. Como não depender dos algoritmos na cobertura local
P. 78

4.4. Cultura organizacional nas mídias locais
P. 82

5



COMO GARANTIR A EXISTÊNCIA DE UM JORNALISMO NAS PERIFERIAS E FAVELAS
P. 86

5.1. Como trazer recursos da filantropia para o jornalismo local
P. 88

5.2. Papel do jornalismo local na promoção da democracia e do desenvolvimento sustentável
P. 94

5.3. Como lidar com temas sensíveis
P. 98

5.4. Liberdade de expressão no jornalismo local
P. 102

6



2030: O FUTURO QUE A GENTE SONHA JUNTO
P. 106

7



A URGÊNCIA DO JORNALISMO DE TERRITÓRIO
P. 116

Posfácio
P. 120

Expediente
P. 124





PREFÁCIO



Brasil periférico encontrou-se para respirar junto, pensar junto e falar em voz alta na **3ª Conferência de Jornalismo de Favelas e Periferias**. Com o tema “Justiça climática para nossos territórios”, o evento foi marcado por escuta coletiva, troca real e construção de caminhos.

Foram três dias de mesas e rodas de conversa que transformaram vivências em diagnóstico, e diagnóstico em propostas para políticas públicas e para a sustentação das iniciativas que já fazem este país girar.

Este dossiê é um chamado. Ele explica como a desigualdade informacional atravessa os territórios brasileiros e como isso agrava as injustiças climáticas que já recaem, primeiro, sobre os mesmos corpos de sempre: os corpos negros, periféricos, favelados.

Ao mesmo tempo, este documento oferece recomendações e ações possíveis, **reconhecendo as mídias das favelas e periferias como agentes da democracia**, que fiscalizam direitos, produzem dados, iluminam violações e tornam visível o racismo ambiental mesmo quando seus impactos são tratados como “fatalidade”.

O jornalismo local e periférico dialoga com o poder público, reduz a dependência dos algoritmos, amplia o acesso à filantropia e aponta para 2030 com a **ambição de desenvolvimento sustentável com justiça e dignidade**. É uma comunicação enraizada, feita com responsabilidade e afeto, que democratiza vozes e transforma experiência em pauta, pavimentando o futuro de um jornalismo confiável, crítico e atento às subjetividades.

Como cria da Maré, jornalista e ex-ministra da Igualdade Racial, eu reconheço nestas páginas que narrativas periféricas são pilares da justiça social. Eu vejo aqui também o que Marielle, minha irmã, sonhava e pelo que lutou: **que as favelas e periferias não sejam apenas tema, mas sujeito político, centro de solução e de conhecimento, de futuro e de democracia**.

Que as propostas reunidas aqui possam atravessar gabinetes, inspirar investimentos, orientar leis e fortalecer compromissos. Que elas floresçam como sementes de justiça nos morros, nas quebradas, nas periferias, nas beiras de rio, nos sertões e em cada território popular do Brasil.

Anielle Franco
Ex-ministra da Igualdade Racial



POR QUE UMA CONFERÊNCIA DE JORNALISMO DE FAVELAS E PERIFERIAS?

Texto adaptado do editorial do *Fala Roça*
publicado no segundo dia do evento



três dias da realização da *3ª Conferência de Jornalismo de Favelas e Periferias*, o Rio de Janeiro sofreu a maior chacina de sua história, com 121 mortes, após uma operação policial no Complexo da Penha e no do Alemão. Nesse momento de dor, prestamos nossa solidariedade às famílias que perderam pessoas e a todos os territórios atingidos, marcando a história das favelas na democracia brasileira. Também estendemos nosso abraço às famílias do Rio de Janeiro e de todo o país que, ao verem imagens inimagináveis em um Estado democrático, sentem medo, indignação e revolta.

Mesmo diante desse luto coletivo, decidimos manter nosso compromisso de realizar a conferência. Não foi uma decisão fácil. Mas o sonho que nos move é coletivo, e seguir em frente é também uma forma de resistência. Transformar luto em luta é o que as favelas fazem todos os dias. Reexistir é o primeiro passo para reconstruir.

Cerca de 200 jornalistas de cinco regiões do Brasil reuniram-se para criar possíveis respostas à pergunta: por que realizar uma Conferência de Jornalismo de Favelas e Periferias?

Falar de violência na favela não é só falar de tiro, caveirão e manchete. É falar de uma realidade complexa, feita de ausências, racismo estrutural, desigualdade e resistência. E agora não é hora de discurso bonito nem de palavra difícil. É hora de respeito, de escuta e de falar com os dois pés no chão, porque estamos falando com uma população fragilizada há décadas, que segue resistindo mesmo quando o Estado vira as costas.

Acreditamos que seja para manter nossas narrativas, nossas escutas e nossos projetos de justiça nos territórios. Porque as soluções para os desafios que enfrentamos podem brotar da terra, do chão e das vielas que precisam de todos nós para serem ouvidas e visibilizadas.

Periferias unidas

O *Fala Roça* nasceu em 2013 para desafiar estereótipos e preconceitos, colocando os moradores e as soluções da favela no centro das narrativas sobre a Rocinha. Treze anos depois, essa missão segue viva entre nós. Fazemos jornalismo a partir da Rocinha, promovendo cultura, identidade e representatividade favelada sem romantizar as dificuldades, mas também sem reduzi-las à única forma de existência nas favelas e periferias. Nossa razão de ser é construir narrativas mais humanas e promover justiça social por meio do jornalismo de soluções.

Através de quatro eixos de atuação – jornalismo, formações, pesquisas e preservação da memória e da história da Rocinha –, o *Fala Roça* entende que não se deve caminhar só. Fazemos parte de um ecossistema de mídias locais que constroem juntas um jornalismo humanizado, plural e comprometido com a democracia, a liberdade de expressão e os direitos humanos. Nosso papel é apurar com rigor, checar com responsabilidade e cobrar políticas públicas que promovam equidade e justiça social.

Desde o surgimento das favelas, a mídia hegemônica brasileira produz retratos distorcidos e marginalizados dos nossos territórios. A Rocinha, por ser a maior favela do Brasil, não escapou dos estereótipos criados por esses veículos. E não está sozinha. Todas as favelas e periferias, marcadas por violências, foram e ainda são retratadas sob uma lente única, que ignora as múltiplas realidades e potências de quem vive nelas.

*Mesa de
abertura
discute os
desafios e as
oportunidades
para o
fortalecimento
do campo
jornalístico*



Nesse sentido, a união com a **Agência Mural de Jornalismo das Periferias** fez todo o sentido para a construção da terceira edição da conferência. Atuando na Grande São Paulo, a Mural completou 15 anos em 2025 e conta com uma rede de correspondentes locais espalhados por mais de 40 periferias da capital paulista e de outras cidades da região metropolitana, com a missão de quebrar os preconceitos sobre as quebradas e garantir acesso à informação.

A essas duas organizações somam-se todos os participantes da conferência: jornalistas de favelas e periferias que são parte essencial dessa construção. São eles que vivem a realidade, falam com propriedade e conhecem de perto os desafios e as potências de seus territórios. Precisam ser valorizados, respeitados e reconhecidos como aliados dos moradores e da própria transformação social que o jornalismo pode provocar.

Paz sem voz é medo!



Foto: Igor Siqueira

Histórico

A conferência é uma iniciativa que vem se fortalecendo ao longo dos anos como um encontro nacional do jornalismo de base comunitária. Sua primeira edição, realizada na sede do Fala Roça, na Rocinha, nasceu da urgência de criar um espaço de encontro e reconhecimento entre jornalistas e comunicadores favelados e periféricos, em 2022.

O evento reuniu cerca de 20 jornalistas de favelas do Rio de Janeiro, da Bahia e do Espírito Santo, com objetivo de discutir os rumos do jornalismo comunitário, a sustentabilidade da mídia local, a necessidade de geração de dados e a representatividade no território.

Em 2024, o Fala Roça realizou a segunda edição da conferência em Salvador, na Bahia, buscando ampliar o diálogo sobre sustentabilidade e modelos de negócio para as mídias locais a partir dos territórios. O intuito

foi debater e fomentar o papel do jornalismo de base comunitária como ferramenta de empoderamento e representação desses territórios. A realização do evento fora do território do Rio de Janeiro buscou promover a troca de conhecimentos e experiências com outros comunicadores de favelas e periferias, saindo do eixo Rio-São Paulo – estados que geralmente abrigam congressos e festivais de jornalismo.

Em 2025, diante do cenário urgente das mudanças climáticas, o projeto da conferência cresceu. Na terceira edição, o Fala Roça, em parceria com a Agência Mural, desafiou-se a realizar um evento nacional para pensar o jornalismo de base comunitária nas cinco regiões do Brasil: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

O objetivo foi aprofundar o debate sobre o papel do jornalismo de território na crise climática sob a perspectiva das favelas e periferias, pensando em como nossos territórios podem incidir na formulação de soluções, na geração de dados e nas políticas públicas. O encontro foi realizado dez dias antes da *Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas* (COP30), que discutiu os impactos da crise climática a partir da perspectiva das favelas e periferias brasileiras.



Foto: Igor Siqueira



↑ Reunimos
jornalistas de 12
estados brasileiros

"Fortalecer o jornalismo nas favelas e periferias é essencial, porque só quem vive nesses territórios conhece de verdade suas histórias e seus desafios. A filantropia brasileira e as políticas públicas voltadas para esse tipo de jornalismo podem contribuir muito, garantindo recursos e apoio necessários para que essas vozes sejam amplificadas"

Michel Silva, à época diretor institucional do Fala Roça, em 2024



"Em ano de *COP30*, nosso evento conecta o jornalismo periférico às discussões globais sobre justiça climática, propondo soluções concretas que partem das comunidades, com foco nas vozes que vivem e constroem cotidianamente alternativas sustentáveis nos territórios"

Monique Silva, diretora-executiva
do Fala Roça

Perfil dos participantes

Na terceira edição, nossa intenção era trazer, ao menos, um jornalista de cada uma das 27 unidades da federação, cobrindo as cinco regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), para descentralizar o debate e garantir a participação de jornalistas e comunicadores comunitários fora do eixo Rio-São Paulo.

No entanto, não conseguimos ter participantes de todos os estados do Brasil, o que também revela os desertos de notícias. No país, aproximadamente 20,6 milhões de pessoas – o equivalente a 10,2% da população – vivem hoje em municípios sem nenhum veículo de comunicação local, de acordo com o Atlas da Notícia de 2025.

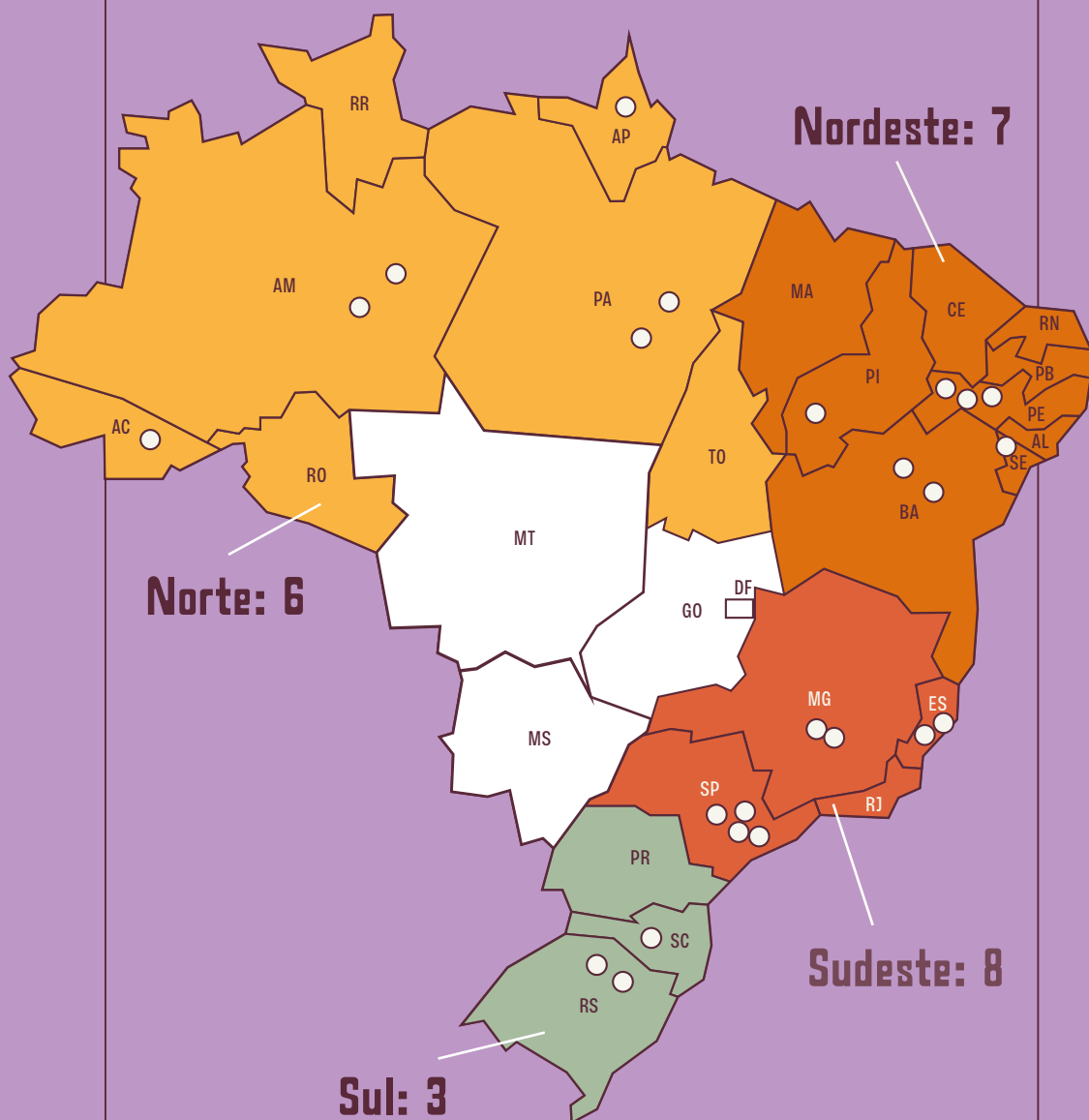
Porém, os dados classificados como “comunicação local” não devem ser considerados diretamente como veículos de jornalismo produzidos nas favelas e periferias. Mesmo assim, conseguimos descentralizar os participantes convidados como bolsistas (aqueles que tiveram acesso garantido a transporte, alimentação e hospedagem), tendo representantes de quatro regiões do Brasil: Norte (6), Nordeste (7), Sudeste (8) e Sul (3), totalizando 24 jornalistas de quatro regiões do país.

Essa diversidade reforçou o caráter colaborativo e nacional da conferência, conectando experiências e fortalecendo uma rede de comunicadores comprometidos com o direito à informação e com a justiça climática nos territórios.

Ao todo, o evento reuniu cerca de 200 pessoas, incluindo cerca de 60 coletivos de mídia independente, vindos de 12 estados do Brasil.

Ao todo, o evento reuniu cerca de 200 pessoas, incluindo cerca de 60 coletivos de mídia independente.

Número de bolsistas



○ Bolsistas e coletivos de mídia independente



"A gente conseguiu reunir jornalistas do país para discutir justiça climática, pois nossa agenda não está sendo incluída nesse debate tão importante. Então, precisamos continuar batalhando para que o nosso território tenha justiça social"

Anderson Meneses, diretor de tecnologia e cofundador da Agência Mural



Foto: Igor Siqueira

↑ *Jornalistas reunidos para compartilhar experiências*

Participantes



Jornalistas periféricos e de favela, representando coletivos e veículos locais.



Convidados institucionais, vindos de diferentes estados.



Representantes de fundações, redes e instituições parceiras, que contribuíram com perspectivas sobre filantropia, sustentabilidade e políticas públicas.



Comunicadores locais da Rocinha e do Rio de Janeiro, que puderam participar no dia aberto da programação.

Parcerias e apoios

A terceira edição da conferência foi uma realização conjunta do **Fala Roça** e da **Agência Mural de Jornalismo das Periferias**, apresentada pela Fundação Itaú, e contou com o apoio da Fundação Konrad Adenauer, do Fundo de Apoio ao Jornalismo, da Meedan e da Artigo19.

Localmente, o evento também contou com o apoio da Biblioteca Parque da Rocinha – C4, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) do Rio de Janeiro, do Mirante da Rocinha, da Associação de Moradores União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha e da WFN Telecom. ●

REALIZAÇÃO



APOIO







princípio básico de que o mesmo átomo que está em um grão de areia também está na galáxia pode ser aplicado quando nós começamos a falar de comunicação. A comunicação é feita da mesma necessidade ao longo de toda a sua história: pessoas que precisam ser informadas recebem informação de pessoas que têm acesso e disposição para fazer essa busca.

Obviamente, quando começamos a falar sobre buscar e produzir informação e sobre um processo responsável de curadoria, entramos em um cenário em que essas escolhas, essas nanodecisões, constroem perspectivas capazes de beneficiar ou não determinados setores sociais.

O ganho é coletivo quando passamos a entender que pessoas menos privilegiadas podem ocupar novos papéis no imaginário coletivo e, ao terem suas habilidades visibilizadas no processo de construção narrativa jornalística, criam possibilidades de expansão das fronteiras sociais.

E sabemos que, enquanto os leões não aprenderem a escrever, só teremos caçadores contando histórias.

Este documento traz, sim, uma possibilidade de ouvir as histórias dos leões que conseguiram escapar das balas, dos incêndios e das enchentes. Leões que conseguiram ver os seus pequenos filhotes subindo em árvores, criando os próprios bandos e conquistando novos territórios. Leões que ajudaram a proteger a savana e fizeram seu rugido ecoar por partes da estrutura social que muitos não acreditariam.

A comunicação nas periferias e em ambientes marginalizados tem uma história grandiosa e bonita que precisa ser reconhecida. O que nós chamamos de comunicação para esses territórios nem sempre teve o formato que conhecemos hoje. Os livros foram discos, as preces foram danças, as narrativas foram gingas, as histórias estavam dentro de tranças. Os processos de construção comunicacional muitas vezes estavam no maculelê e no ijexá.

Havia palavras que a norma culta julgava abrigar erros ortográficos, mas que na verdade preservavam troncos linguísticos complexos e profundos. As histórias estavam na velocidade da fumaça do cachimbo das lideranças indígenas. O jornalismo dos pajés e pais-velhos não é feito de *terabytes* e algoritmos; vem carregado na preciosidade do silêncio, feito da força abrigada no orixá, no som cósmico dos espíritos da floresta que nos trazem as informações necessárias.

E hoje o grande desafio dessa geração é fazer um processo de transposição das sabedorias ancestrais com as possibilidades da tecnologia, desviando completamente de projéteis, algoritmos de violências físicas e digitais. O grupo que se apresenta neste documento é uma prova de que construir uma outra comunicação é possível, mas para isso precisamos estar conectados.

Eu, Manoel Soares, sou contra a lógica de que a comunicação periférica precisa ser regada pela dor. Não somos somente capazes de contar as balas que nos atingem e as árvores que vemos cair, não somos simples condutores da narrativa que descreve o poder que o nosso opressor tem de nos fazer mal.

Nós somos mais, somos vida e nos recriamos a partir do que narramos. Nós somos o que pensamos, o que produzimos. Nós somos o que consumimos e disseminamos em termos de conhecimento.

Se a nossa narrativa for só de dores, só de sofrimento, seremos reduzidos a isso e faremos a vontade de quem quer nos ver nos porões escuros da comunicação subterrânea e clandestina.

Os nossos leões rugem alto, os nossos leões conseguem escapar, os nossos leões sobrevivem, e a sobrevivência desses leões estimula e ensina as novas gerações a proteger o que é precioso.

É exatamente por isso que eu acredito que agora nós temos a possibilidade de falar também dos nossos sorrisos, das nossas conquistas, e, a partir daí, incentivar as novas gerações no reconhecimento da alegria de ser quem somos.

Este dossiê não é um muro de lamentações periféricas e de povos originários que sofrem com a dor de serem oprimidos. Isso seria uma injustiça com todos que antes de nós lutaram para que a vida fosse mais bela. Este documento é um atestado naturalizado de que algo que faz parte de uma luta ancestral ainda vive em nós e está pronto para ser pluggado aos novos tempos, mantendo raízes e ganhando asas.

“Os nossos passos vêm de longe”, como já disse Conceição Evaristo, mas é importante entender também que o “meio é a mensagem”, e essa mensagem, vinda desse meio, tem um outro significado nos olhos e ouvidos que as recebem.

E, quando falamos das periferias e das favelas brasileiras, essa comunicação tem um significado que vai além de simplesmente garantir que as pessoas saibam de números, fatos e dados.

A comunicação periférica é o oxigênio que precisa chegar aos pulmões intoxicados por plataformas digitais contaminadas e nocivas, é a água limpa que mata a sede e cura o corpo que só bebe um líquido cheio de aditivos químicos.

As favelas e periferias estão com fome de mudança, e este dossiê traz iniciativas jornalísticas que são feitas com o mesmo cuidado de comida quentinha de mãe. No outro lado precisamos contrapor os conglomerados de mídia de massa, que prometem tirar a fome da audiência com *fast food* de narrativas desnutridas validadas por processos algorítmicos.

“Eu, Manoel Soares, sou contra a lógica de que a comunicação periférica precisa ser regada pela dor. Não somos somente capazes de contar as balas que nos atingem e as árvores que vemos cair, não somos simples condutores da narrativa que descreve o poder que o nosso opressor tem de nos fazer mal.”

Foto: Bruno Itan



A comunicação vinda da floresta, dos terreiros e dos chãos de terra carrega o poder ancestral conectado a uma tecnologia que não artificializa a inteligência. Nas mãos agora você tem não somente um dossiê, mas também um manifesto público de que não vamos abrir mão desse poder que vem desde o período neolítico, passando pelos panfletos, pelas rádios-poste e comunitárias, pelos *blogs*, Orkut, Facebook e Instagram.

Nosso jornalismo parece frágil, mas ele é fluido e vivo. É feito de hermenêuticas não mapeadas e avisa que não estamos sozinhos e que quem nos acompanha não dorme. ●

↑ Com 72 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Rocinha possui a maior densidade demográfica do país

Manoel Soares é apresentador, escritor e jornalista. Superou uma juventude em situação de rua e iniciou a carreira em trabalhos como gráfica e construção civil antes de entrar para a comunicação pela RBS TV. Tornou-se ativista social e cofundador da Central Única das Favelas (Cufa), construiu trajetória na Globo em programas como *Jornal do Almoço*, *Profissão Repórter*, *Encontro* e *É de Casa*, e hoje atua como apresentador multiplataforma, conectado a projetos digitais. É casado e pai de seis filhos.



RECONHECER JORNALISMOS PLURAIS COMO FERRAMENTA DE COMBATE À CRISE CLIMÁTICA



Daiene Mendes

Um país com a diversidade cultural, idiomática, regional e sincrética do Brasil não pode aceitar que apenas uma perspectiva narre suas verdades, muito menos quando o assunto é a crise climática.

A emergência do clima não é só um tema ambiental, é um tema de moradia, de mobilidade, de saúde, de trabalho, de racismo, de gênero, de violência, de saneamento, de comida no prato. E, por isso mesmo, é também um tema de informação.

Quem tem acesso à informação de qualidade consegue se proteger melhor, cobrar políticas públicas, acessar direitos, reconhecer riscos e construir soluções. Quem não tem fica mais exposto, e quase sempre é quem já carrega o peso histórico das desigualdades.

O jornalismo brasileiro atravessa uma revisão profunda de si: transformações tecnológicas aceleradas, promessas e ameaças da inteligência artificial (IA), modelos de negócio instáveis, desinformação industrializada, plataformas que premiam ruído e punem o contexto orquestrando crises informacionais.

Mas existe um dilema anterior e ainda mais estrutural, já que, por décadas, consolidamos um imaginário do que seria “o” jornalismo, frequentemente associado a um padrão estético e social específico, concentrado, masculino, branco, urbano, de classe média, com sotaque e agenda reconhecidos como “neutros”.

Essa suposta neutralidade não é inocente: ela define o que vira pauta, quem é fonte legítima, qual dor é considerada “urgente” e quais territórios são vistos como “problema” ou como “paisagem”.

É nesse ponto que o clima encontra os territórios.

A crise climática não se manifesta de modo abstrato: ela chega como uma enchente que invade casas e destrói tudo o que uma vida inteira construiu, como uma onda de calor que mata silenciosamente, um deslizamento que interrompe escola e posto de saúde, quando a falta d’água vira rotina, quando o ar poluído vira o “normal”.

Quem vive nas favelas e periferias, em comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas, sertanejas, urbanas e rurais, é quem costuma experimentar primeiro e mais forte os fenômenos que ainda serão nomeados. No entanto, as respostas políticas e os investimentos, inclusive os que se anunciam “verdes”, frequentemente chegam com pouca escuta e pouca tradução para a vida real.

Fortalecer a linguagem de jornalismo plurais como ecossistema de informação é fortalecer uma infraestrutura democrática.

A prática reduz desigualdades informacionais ao produzir conteúdo útil e verificável e transformar dados em linguagem acessível; ao mapear riscos e orientar pela prevenção; ao denunciar injustiças ambientais com nomes, responsáveis e evidências; ao conectar o local ao global sem apagar o chão; ao cobrar o Estado e o mercado com persistência e diálogo; ao registrar memória e produzir provas; ao construir confiança onde a comunicação institucional falha.

O jornalismo de território consegue, por exemplo, pautar o clima sem cair no sensacionalismo da catástrofe, mostrando também adaptação, solidariedade, tecnologia social e soluções que já existem.

Reconhecer jornalismo plurais é aprender e sistematizar as práticas do jornalismo negro, comunitário, independente, cultural, popular,

nativo digital, com perspectiva de gênero, profissional, local, ancestral e indígena. Isso envolve adotar todos os formatos necessários para trazer camadas a essa experiência de produzir conteúdo sob diferentes enfoques, subjetividades ou mesmo públicos. Por fim, é reconhecer que não há transição climática justa sem transição informacional justa.

Não é “pauta menor”; é o clima no cotidiano. E, para que essas verdades tenham peso público, precisamos de ecossistemas de mídia local e perifé-

rica sustentáveis em termos de recursos, proteção, formação, redes, distribuição que não dependa de algoritmo, e respeito institucional. Não como concessão, mas como estratégia.

A crise climática exige força coletiva: ciência, políticas públicas, mobilização social, financiamento e, indispensavelmente, comunicação de qualidade.

Reconhecer jornalisismos plurais é aprender e sistematizar as práticas do jornalismo negro, comunitário, independente, cultural, popular, nativo digital, com perspectiva de gênero, profissional, local, ancestral e indígena

Se continuarmos tentando enfrentar um problema sistêmico com uma narrativa única, repetiremos o erro que nos trouxe até aqui: acreditar que há um centro capaz de explicar tudo.

O Brasil é muitos. E é justamente essa pluralidade de vozes, métodos e olhares que pode fazer do jornalismo uma ferramenta concreta para adiar danos, salvar vidas e disputar futuros possíveis. ●

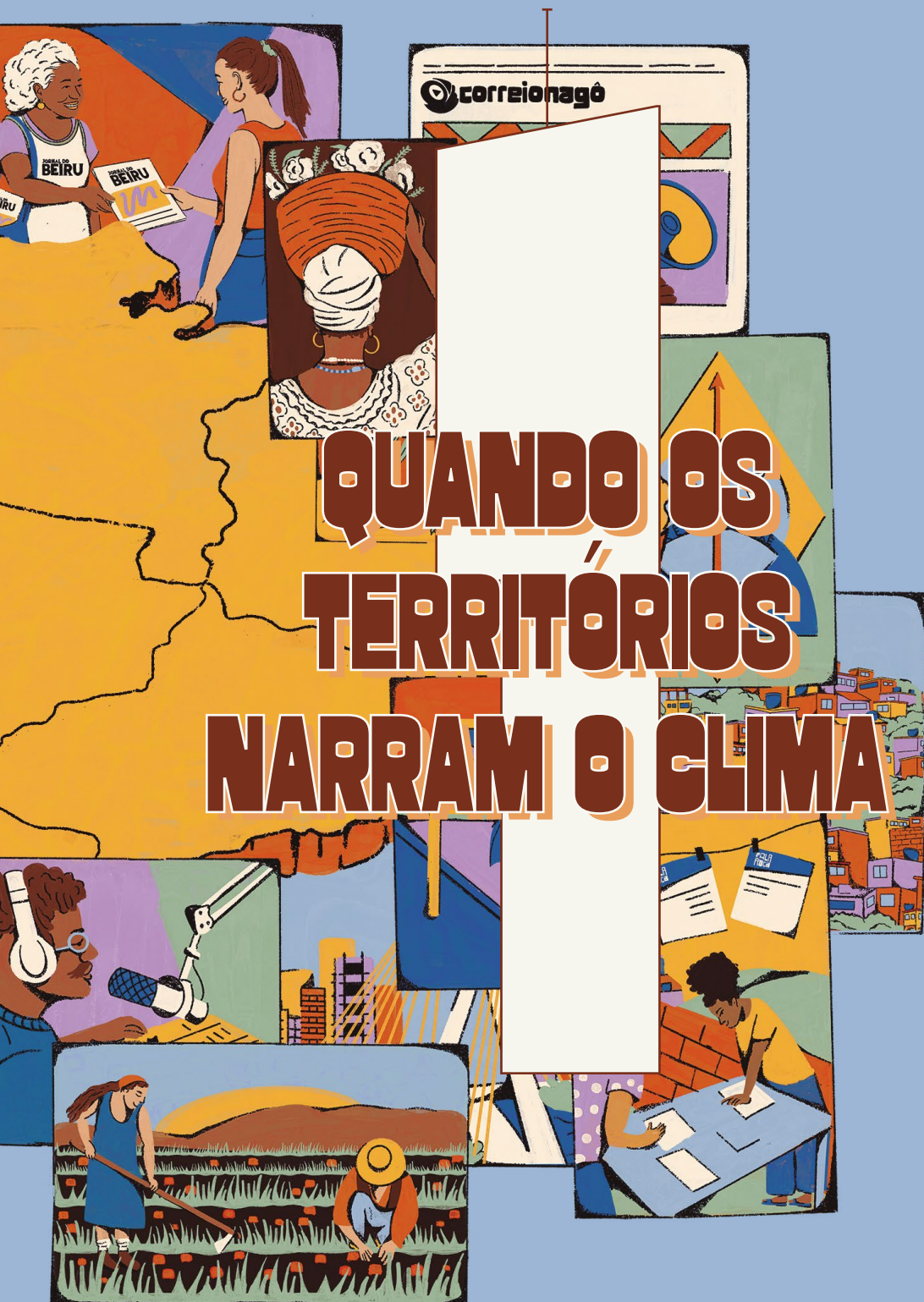
Daiene Mendes é diretora e fundadora do Fundo de Apoio ao Jornalismo (FAJ). Atua há mais de 20 anos no fortalecimento de redes e iniciativas de jornalismo local, comunitário e periférico no Brasil, com foco em direitos humanos, democracia e redução das desigualdades informacionais. Atualmente, trabalha para ampliar a sustentabilidade dos ecossistemas de mídia e a incidência pública a partir dos territórios.





CAPÍTULO 1

QUANDO OS TERRITÓRIOS NARRAM O CLIMA



Há muitas formas de ler o clima. Há a temperatura medida em estações meteorológicas, os índices registrados por satélites, os relatórios de órgãos internacionais. E há outra leitura: feita de dentro, a partir de quem acorda vigiando o quintal, de quem amarra sacolas plásticas nos pés dos filhos antes de ir à escola, de quem sabe, pelo cheiro do ar ou pela cor do rio, quando a enchente vai chegar.

Esta abertura nasce dessa segunda leitura.

Para iniciar este dossiê, convidamos autoras e autores a escrever com base em onde vivem, não apenas geograficamente, mas politicamente, historicamente e corporalmente.

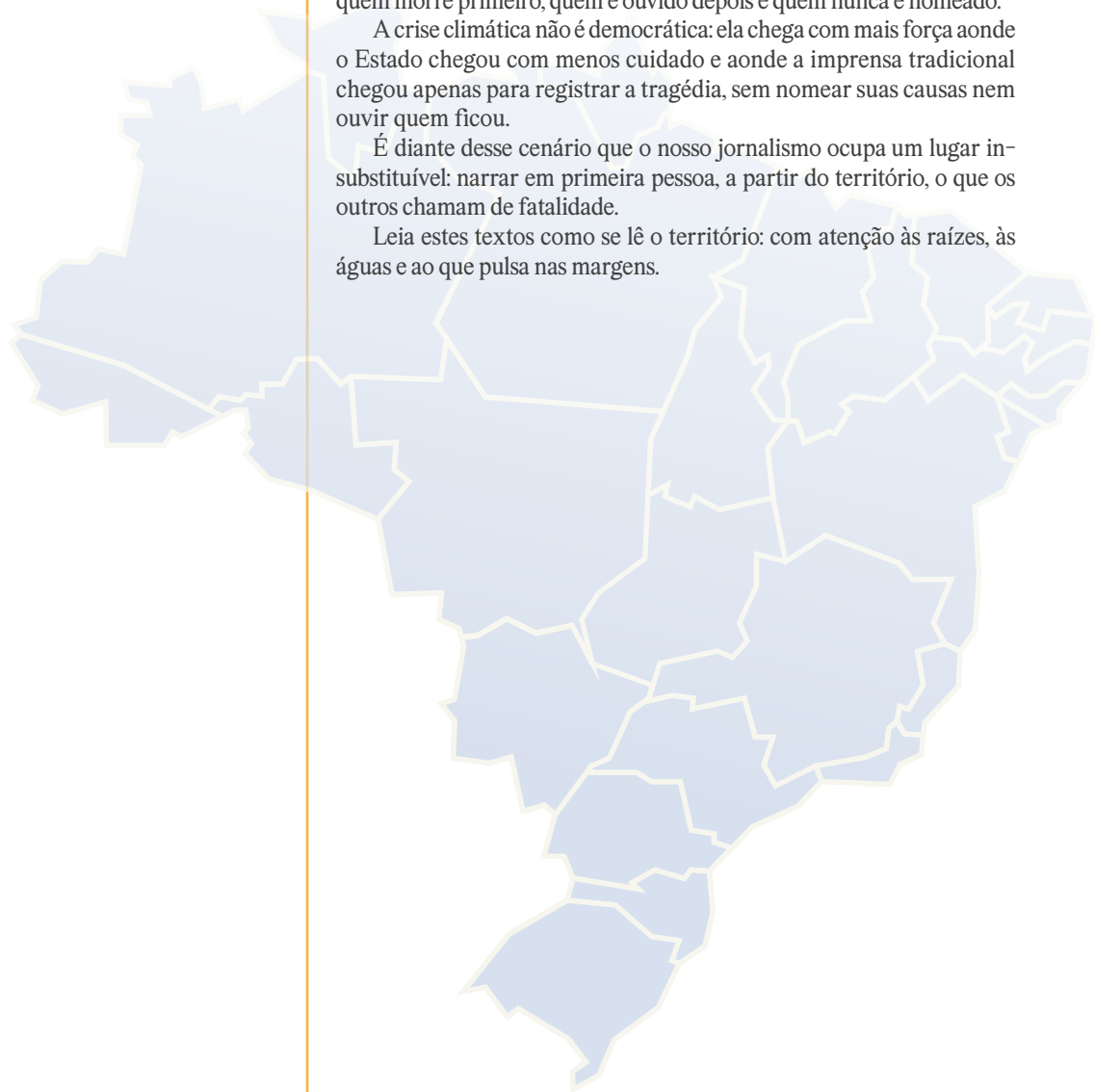
O resultado atravessa o Brasil de sul a norte, do Cerrado à Amazônia, das enchentes gaúchas às periferias do Sudeste, passando pelo Nordeste que se aqilomba enquanto o mundo ainda aprende a escutar.

O que estes textos têm em comum não é o bioma nem o tipo de desastre. É o padrão: endereço, cor da pele e classe social continuam determinando quem morre primeiro, quem é ouvido depois e quem nunca é nomeado.

A crise climática não é democrática: ela chega com mais força aonde o Estado chegou com menos cuidado e aonde a imprensa tradicional chegou apenas para registrar a tragédia, sem nomear suas causas nem ouvir quem ficou.

É diante desse cenário que o nosso jornalismo ocupa um lugar insubstituível: narrar em primeira pessoa, a partir do território, o que os outros chamam de fatalidade.

Leia estes textos como se lê o território: com atenção às raízes, às águas e ao que pulsa nas margens.





CENTRO-OESTE

Comunicação cerradeira dos/nos territórios é direito ancestral

Ludmila Pereira de Almeida



Qual imagem vem à mente quando você pensa no Cerrado? Muitas vezes, o imaginário o retrata como um lugar árido, sem vida, marcado por monoculturas, em especial pelo agrohidronegócio. Mas essa visão não dá conta da complexidade dessa região.

Conhecido como “floresta invertida”, por suas raízes profundas que alcançam os lençóis freáticos, o Cerrado revela que é preciso ir além da aparência para entender a vida que pulsa no coração do país. Proteger esse bioma ancestral também passa por contar sua história com dignidade.

Sem comunicação nos territórios não há luta contra as injustiças climáticas, especialmente contra o racismo ambiental, forma perversa de continuidade da colonialidade e de violação de direitos básicos.

Falar de informação e direito a ela implica construir pontes e valorizar a autonomia da comunicação popular, periférica, independente, local e comunitária, e suas formas de fazer jornalismo.

Esse respeito posiciona também formas de autonegação. No Cerrado há iniciativas que realizam comunicação kalungueira, como no

Quilombo Kalunga, em Goiás/Tocantins, onde nasceu a Rádio Kalungueira – primeira rádio comunitária Kalunga de abrangência territorial.

Trata-se de comunicação insurgente e compartilhada, conectada às necessidades dos movimentos sociais, articulando universidade pública e comunidades, como o Coletivo Magnífica Mundi; ou comunicação da terra, como o GT de comunicação popular do Movimento Sem Terra em Goiás.

São práticas que podemos chamar de comunicação “cerradeira”, organizadas a partir desse território maior, na defesa dos seres visíveis e invisíveis. É uma forma de reescrever o que foi dito em terceira pessoa e posicionar quem são em primeira pessoa.

Não se faz comunicação no Cerrado desvinculada das práticas culturais e das pautas que documentam o presente para o futuro. São iniciativas que nascem, muitas vezes, da rebeldia, não para disputar espaços, mas para afirmar seus próprios espaços como válidos e visíveis.

Junto com isso, atuam organizações como a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, a Articulação de Mulheres do Cerrado, a Comissão Pastoral da Terra e a Articulação Agro É Fogo.

Elas têm levantado ações para produzir conteúdo com base na realidade da região, qualificar o debate e sistematizar informações em âmbito nacional e internacional.

Isso reverbera na construção do Tribunal Permanente dos Povos em Defesa dos Territórios do Cerrado e repercutiu nos debates da *Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas* (COP30), fortalecendo também os Encontros de Jornalistas e Comunicadores do Cerrado.

Mas há desafios.

Essas organizações denunciam a ampliação da zona de sacrifício e do ecogenocídio dos povos do Cerrado. Há uma guerra declarada aos Guarani Kaiowá; o avanço do desmatamento, da grilagem, dos agrotóxicos e dos incêndios intensifica conflitos e a fome de água e ameaça a soberania alimentar.

Nesse cenário, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 504/2010, que inclui o Cerrado e a Caatinga como patrimônio nacional, é uma luta em andamento.

O Cerrado é a casa de mais de 25 milhões de pessoas. É terra negra e originária, onde vivem mais de 80 povos indígenas e o maior território quilombola do país. É lugar de povos do campo, das águas e da cidade: ribeirinhos, quebradeiras de coco-babaçu, quilombolas, indígenas, ciganos, veredeiros, geraizeiros, entre outros. Cobre 25% do Brasil e, com áreas de transição, chega a cerca de 36% do território nacional.

A comunicação é direito ancestral. Está ligada à memória, à oralidade e à construção de pontes intergeracionais.

**Os povos do Cerrado existem.
Não são apenas dor. São
experiências de vida criativa,
articuladas a tecnologias de
cuidado diante das injustiças
climáticas**

Práticas como festejos, ervas medicinais, benzeções, roçados, tambores e congadas dependem do território de pé. Comunicar o que a história oficial não conta fortalece a pluralidade dos Brasis.

A comunicação e o jornalismo local fazem isso com engajamento, dinamizando práticas e radicalizando a democracia ao formar e informar a população.

Os povos do Cerrado existem. Não são apenas dor. São experiências de vida criativa, articuladas a tecnologias de cuidado diante das injustiças climáticas.

O amanhã só existirá quando o Cerrado, o bioma mais antigo do planeta e um dos mais ameaçados, for ouvido em sua profundidade, como suas raízes.

O centro do mundo começa pelo Cerrado.

Ludmila Pereira de Almeida é jornalista afrocerradeira, descendente do Quilombo Santo Antônio da Laguna (GO), e atualmente vive na capital Goiânia. É mestra e doutora pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Integra o Coletivo de Comunicadoras e Comunicadores do Cerrado e a Articulação de Mulheres do Cerrado. Colabora na Rádio e TV Quilombo, na Rádio Kalungueira e no Coletivo Magnífica Mundi, da UFG. Foi *bolsista* do programa para jornalistas negros e negras do Centro Brasileiro de Justiça Climática (CBJC).

*Práticas como
festejos, ervas
medicinais,
benzeções,
roçados, tambores
e congadas
dependem do
território de pé.
Comunicar o
que a história
oficial não conta
fortalece a
pluralidade dos
Brasis*



NORDESTE

O jornalismo independente no Nordeste e a materialização de imaginários possíveis

Márcia Guena

jornalismo independente no Nordeste é atravessado por opressões seculares que se renovam, assim como se atualizam as formas de resistência, ou aquilombamentos, como nos ensinou Abdias Nascimento.

Esse jornalismo surge, entre outros fatores, pela ausência de pluralidade na mídia hegemônica e por seu atrelamento ao mercado. Cresce com o avanço das tecnologias digitais e é impulsionado pela crise do próprio mercado jornalístico.

As pesquisadoras Roseli Fígaro e Claudia Nonato apontam para esses novos arranjos produtivos, organizados em coletivos horizontais em busca de independência discursiva, muitas vezes garantida pela liberdade de vínculos econômicos, ainda que enfrentem grandes obstáculos de financiamento.

O número de veículos independentes no Nordeste ultrapassa uma centena, entre jornais, *sites*, *blogs* e *podcasts*, segundo o “Mapa da Cajuera”. Eles cumprem um papel fundamental ao chegar a áreas não co-

bertas pela imprensa tradicional, os chamados “desertos de notícias”, predominantes na região.

Esse movimento busca afirmar identidades territoriais, associada a uma ação transformadora construída na relação com coletivos e organizações. O objetivo não é apenas a transmissão supostamente objetiva de notícias, mas a transformação do mundo, ainda que a partir do território onde a informação circula.

Em uma pesquisa do Observatório Racial da Mídia Brasileira (2022–2025), observamos que a mídia independente negra e indígena articula temas como justiça ambiental e justiça climática. A principal diferença em relação à mídia hegemônica está na priorização de fontes negras e indígenas, com forte presença de mulheres. Ou seja, quem vivencia a realidade fala por si.

Na Bahia, a produção de novos discursos, com pautas negras que vão da estética à política, tem sido central na mediação cultural da juventude. Um exemplo pioneiro é o Correio Nagô, criado em 2008

pelo Instituto de Mídia Étnica, em resposta à ausência de profissionais negros na mídia, realidade que ainda persiste, com a maioria dos cargos de liderança ocupada por pessoas brancas.

Outro exemplo é a *Revista Afirmativa*, fundada em 2014 por mulheres negras, a qual assume a pauta do feminismo negro e rompe com a ideia de imparcialidade da mídia empresarial, historicamente marcada por racismo, machismo e reprodução de estereótipos.

No início dos anos 2000, tive a alegria de conceber e coordenar o projeto de mídia independente *Jornal do Beiru – Memória e História Afrodescendente*, em Salvador (BA). Um projeto autogestionário, financiado por comerciantes locais, construído com jovens do bairro por meio da educomunicação.

Em um ano, formamos uma equipe produzindo jornalismo local impresso, priorizando memória e história, fomentando ações culturais e organizando uma biblioteca. A articulação com a memória levou à recomposição territorial, com reivindicação de áreas de lazer e cultura.

Uma das principais conquistas foi a retomada do nome “Beiru”, substituído nos anos 1980 por “Tancredo Neves”. O nome original remete a Preto Beiru, homem negro liberto, ligado a um território quilombola marcado por forte presença cultural e religiosa.

Essa experiência mostra como memória, território e comunicação se articulam na construção do bem-viver e da justiça ambiental e humana. Mesmo diante de transformações urbanas, o território segue marcado pela solidariedade, pelo compartilhamento e pela cultura

Essa experiência mostra como memória, território e comunicação se articulam na construção do bem-viver e da justiça ambiental e humana. Mesmo diante de transformações urbanas, o território segue marcado pela solidariedade, pelo compartilhamento e pela cultura.

O *Jornal do Beiru* priorizou a cultura do território, porque ali se configura a resistência às injustiças por meio do movimento *hip-hop*, da poesia feminina, do basquete de rua e, por que não, dos paredões que abrem espaço para a festa!

Poderia aqui elencar uma centena de iniciativas no Nordeste que constroem outros discursos possíveis, como Ceará Criolo, Marco Zero e Pedreirense, todos comprometidos com informação de qualidade, cidadania e transformação social.

Mas optei por destacar minha experiência particular na luta pela transformação do mundo, através da possibilidade de transmissão do Axé para todas as formas animais, vegetais e minerais da terra. Este mundo novo que estamos construindo através da comunicação, da partilha do comum, da arte do comunicar que atravessa todos os nossos passos.

A mídia independente tem operado na construção de imaginários possíveis quando escuta outras falas, revivendo memórias coletivas de territórios tomados e usurpados. Fala de um sonho possível para a terra, e não de seu fim. Um sonho que vai se materializando nesses territórios simbólicos de que tanto precisamos.

Márcia Guena é mãe, militante dos movimentos negros, feminista, jornalista, doutora em história, mestre em Amé – rica Latina e professora no curso de relações públicas e no Programa de Pós – Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos da Universidade do Estado da Bahia (Uneb).

A mídia independente tem operado na construção de imaginários possíveis, quando escuta outras falas, revivendo memórias coletivas de territórios tomados e usurpados. Fala de um sonho possível para a terra e não de seu fim. Um sonho que vai se materializando nesses territórios simbólicos de que tanto precisamos



NORTE

Colar o céu com as mãos: memória, território e jornalismo na linha de frente da crise climática nas periferias da Amazônia

Hellen Lirtéz

Eu me lembro do dia em que asfaltaram a nossa rua. Do alto do morro de barro que meu pai levantou para impedir que a casa alagasse, vimos o rodo de metal espalhar o preto sobre o chão vermelho da Rua Dez de Janeiro, no bairro Boa União, na Baixada da Sobral, em Rio Branco (AC).

Toda vez que chovia, minha mãe amarrava sacolas plásticas nos nossos pés, aquelas de supermercado brancas. Era a única forma de chegar limpa na escola. Até o asfalto, era só lama, e o caminho, longo, cansativo e imprevisível.

Anos depois, já em uma parte um pouco mais alta do bairro, mas ainda cercada pelas enchentes, vivi o que se tornaria um marco: em 2015, o Rio Acre atingiu uma de suas maiores cotas históricas e impactou mais de 100 mil pessoas no estado.

As águas invadiram ruas, misturaram-se ao esgoto, fecharam caminhos e reorganizaram a vida cotidiana. Eu estudava no Centro, uma

parte mais alta da cidade, mas a escola demorou a entender que nem todos conseguiam chegar até lá. A Sobral alagava primeiro. Sempre. O que eu não via era isso sendo explicado nas reportagens.

A cobertura mostrava a enchente, mas não explicava por que ela não atingia antes de todos, nem o que acontecia com quem ficava isolado, nem como as crianças continuariam aprendendo naquele cenário.

Eu era uma menina negra de periferia tentando estudar em meio a uma cidade submersa – e aquilo já dizia muito sobre o meu caminho. Enquanto os deveres se acumulavam, o rio subia.

Minha mãe acordava todos os dias para vigiar o quintal e às vezes nem dormia. A luz foi cortada, os comércios fecharam, o Exército ocupou as ruas. Dentro de casa, à luz de velas, eu lia. Sabia que não podia parar, mesmo sem saber exatamente para onde estava indo. Era minha mãe quem media o risco, quem decidia o que salvar, quem sustentava a rotina possível dentro do caos.

E isso não é detalhe: em contextos de desastres e crises climáticas, mulheres e meninas são desproporcionalmente afetadas, assumindo maior

carga de trabalho doméstico e de cuidado.

Milhões de lares no Brasil são chefiados por mulheres sem cônjuge, em sua maioria mulheres negras, concentradas em áreas periféricas, frequentemente com menor acesso a saneamento e infraestrutura. Minha mãe era uma delas.

Dois anos depois, em 2017, eu já esperava por outra enchente, mas algo mudou minha trajetória. Naquele ano, eventos extremos intensificaram-se na

Região Norte. Foi nesse contexto que um vendaval arrancou o telhado da minha casa. O telhado era novo, mas não resistiu.

Tentei salvar o que dava, o pouco que minha mãe tinha conseguido comprar, meus materiais de estudo, mas tudo se perdeu na chuva. Passei a ter medo do som dos trovões e de fracassar.

Pouco depois do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), vieram as dores no corpo, a rigidez, o cansaço constante todas as manhãs ao ir para a escola. Entrei na universidade e, no primeiro período, veio o diagnóstico: fibromialgia. As mudanças climáticas me mudaram para sempre. Podia não estar chovendo, mas a minha vida parava como se estivesse.

Eventos extremos impactam diretamente o acesso à educação de crianças e adolescentes, especialmente em territórios vulnerabilizados.

Nas comunidades há conhecimento sobre o tempo, sobre o rio, sobre a floresta. Saberes que historicamente foram mantidos, em grande parte, por mulheres. Ainda assim, essas vozes seguem ausentes dos espaços de decisão e também da cobertura jornalística.

Quando a escola para, não é só a aula que se perde. É o futuro que fica mais distante. A crise não era só climática. Era social, racial e de gênero. Porque, a cada extremo, eu entendia: nem todos podem sonhar seus próprios sonhos. Você está constantemente tentando remendar o que a desigualdade causa, em pontos que não são costuráveis. A chuva não pode ser parada, mas a atuação da Justiça pode ser direcionada.

Foi assim que cheguei ao jornalismo, que muitas vezes rejeita a primeira pessoa em nome de uma suposta neutralidade, mas que também historicamente ignora histórias como a minha.

Quando o território não fala, alguém fala por ele, e quase sempre apaga quem o sustenta. Não por acaso, mulheres negras seguem sub-representadas não só como fontes, mas também como autoras das narrativas sobre o clima.

Hoje, ao narrar essas experiências, não falo apenas de memória. Falo de um padrão. Nas periferias da Amazônia, a crise climática agrava o que já era precário: falta saneamento, falta acesso à água tratada, faltam políticas públicas e sobra exposição ao risco. Eventos extremos não são naturais eles revelam desigualdades estruturais. Aprendi que esses episódios juntos têm um nome: racismo ambiental.

Nas comunidades há conhecimento sobre o tempo, sobre o rio, sobre a floresta. Saberes que historicamente foram mantidos, em grande parte, por mulheres. Ainda assim, essas vozes seguem ausentes dos espaços de decisão e também da cobertura jornalística.

Aprendi, no processo, que sustentar o mundo não pode ser uma tarefa individual. Minha história não é única. Sou mais uma entre milhões de meninas que querem chegar limpas na escola, ter uma casa para voltar e não viver com medo de não “ser alguém”.

Há quem nunca tenha sentido a ansiedade de um fracasso que não pode ser freado apenas por esforço. Para quem enfrenta isso, o que aparece é um muro alto e constante: a injustiça. O jornalismo que conta essas histórias é o que começa a derrubá-lo. É justiça para além dos dados. Por isso, nós nos levantamos porque queremos ser a regra, e não a exceção.

Não sou jornalista apesar do que me aconteceu; sou jornalista porque aconteceu e aqui registro: a menina que foi uma pauta invisível agora é quem escreve a notícia.

Aprendi, no processo, que sustentar o mundo não pode ser uma tarefa individual. Minha história não é única. Sou mais uma entre milhões de meninas que querem chegar limpas na escola, ter uma casa para voltar e não viver com medo de não “ser alguém”.

Hellen Lirtéz é acriana, jornalista formada pela Universidade Federal do Acre (Ufac), mesma instituição pela qual é especialista em educação das relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira e indígena. Pesquisa o racismo ambiental e atua como ativista em gênero e raça, com foco nas dinâmicas socioambientais da Amazônia, nos conflitos territoriais e nos direitos humanos. É vencedora do Troféu Tim Lopes – Revelação do Ano, do Prêmio +Admirados Jornalistas Negros e Negras de 2024.



SUDESTE

Jornalismo local/comunitário: resistência, denúncia e construção de conhecimento

Lilian Saback

"Censo de 2022" mapeou 6.060 comunidades na Região Sudeste do Brasil, o que representava 48,7% do total do país. São 7,1 milhões de brasileiros vivendo em favelas, que, de acordo com estudos sobre mudanças climáticas, enfrentam diariamente temperaturas até 10 °C superiores às de regiões arborizadas, além dos riscos de deslizamento e alagamento causados por temporais.

Trata-se de condições históricas de vulnerabilidade que representam risco de morte e são noticiadas e combatidas, há décadas, pela imprensa local/comunitária.

Durante o enfrentamento à pandemia do coronavírus, as autoridades orientavam a população, muitas vezes desprovida de água encanada, a aumentar os cuidados com a higiene; recomendavam a quem não tinha dinheiro o uso de máscaras descartáveis; e às famílias que dividiam um cômodo, o distanciamento social.

Os veículos de jornalismo comunitário se mobilizaram, fizeram a informação circular, espalharam solidariedade e cuidaram das populações vulneráveis com doações, distribuindo cestas básicas e material de limpeza.

Algumas iniciativas foram fundamentais: no Rio de Janeiro, moradores e coletivos das favelas da Maré fundaram a Frente de Mobilização da Maré; o jornal *Voz das Comunidades* e o Coletivo Papo Reto criaram um gabinete de crise no Complexo do Alemão.

Uma carta cobrando das autoridades atenção à população mais vulnerável foi assinada por 80 veículos de jornalismo comunitário. Eles também criaram a *hashtag* #CoronaNasPeriferias para informar as comunidades e acompanhar reivindicações. O movimento resultou na criação, em São Paulo, da Frente Periférica por Direitos, em defesa da soberania alimentar e da justiça climática.

Esse período mostra que o jornalismo local/comunitário/independente é crucial para o desenvolvimento socioeconômico de grupos à

margem do poder público. Não se trata apenas de ampliar vozes silenciadas ou de jogar luz sobre temas ignorados pelas mídias comerciais. Com ele, é possível construir pontes entre atores da sociedade e viabilizar caminhos que impactem a vida nas favelas e periferias.

Os veículos comunitários nasceram de movimentos sociais e da iniciativa de pessoas empenhadas em provocar governos para a criação de políticas públicas. Entre as décadas de 1970 e 1980, surgiram jornais como *O Mensageiro do Vidigal*,

Tagarela (Rocinha), *A Folha do Borel* e *Favelão: a Voz dos Favelados*, denunciando questões sociais sob o ponto de vista dos moradores, muitas vezes sem apoio financeiro.

Com os avanços tecnológicos, o jornalismo produzido por e para o território rompeu fronteiras e passou a preencher lacunas da mídia comercial, criando uma ponte entre as imprensas local/comercial e a local/comunitária.

A troca de saberes fortaleceu produtores de jornalismo comunitário, que passaram a se reconhecer também como jornalismo independente. Hoje, existem centenas de iniciativas na Região Sudeste com mais relevância para moradores de favelas do que as mídias tradicionais.

Esses veículos são também fundamentais na formação de futuros profissionais. Universidades passaram a levar alunos para os territórios, promovendo um jornalismo menos técnico e mais humanizado, baseado na escuta de quem vive as desigualdades.

Esses veículos são também fundamentais na formação de futuros profissionais. Universidades passaram a levar alunos para os territórios, promovendo um jornalismo menos técnico e mais humanizado, baseado na escuta de quem vive as desigualdades

A ponte entre universidade e mídia comunitária gerou mais conhecimento e empatia, tanto para alunos moradores quanto para aqueles que desconheciam a realidade das favelas

Quando o assunto é crise climática, os veículos comunitários são capazes de expor o racismo ambiental enfrentado por quem vive sem saneamento e infraestrutura. Enquanto a mídia tradicional destaca praias cheias ou o aumento do uso de ar-condicionado, o *Fala Roça*, por exemplo, investiga os impactos do calor na vida dos moradores da Rocinha.

Em 2025, três alunos meus do curso de jornalismo na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que participavam de uma atividade de extensão realizada em parceria com o jornal *Fala Roça*, produziram e assinaram a reportagem “[Fornos urbanos: o aumento do calor e a baixa na qualidade de vida na Rocinha](#)”.

A matéria trouxe os impactos na saúde dos moradores, as falhas do poder público e conceitos como justiça climática e forno urbano.

A ponte entre universidade e mídia comunitária gerou mais conhecimento e empatia, tanto para alunos moradores quanto para aqueles que desconheciam a realidade das favelas. Todos saíram mais conscientes da importância do jornalismo local/comunitário no enfrentamento às mudanças climáticas.



Lilian Saback é jornalista formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), doutora em comunicação e cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) em cotutela com o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (2015), docente e coordenadora de extensão do Departamento de Comunicação da PUC-Rio e integrante do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC), da ECO/UFRJ.



SUL

Um olhar jornalístico a partir do desastre que eclodiu no Rio Grande do Sul

Alice Dutra Balbé, Cláudia Herte de Moraes e Eloisa Beling Loose



Rio Grande do Sul não é mais o mesmo desde 27 de abril de 2024. O desastre que se estendeu pelo estado durante quase 30 dias, não foi apenas um evento hidrológico extremo, mas um momento em que a conta das desigualdades históricas chegou, cobrando, como sempre, o preço mais alto de quem menos deve.

Segundo documento da Agência Nacional de Águas (ANA), cerca de 2,4 milhões de pessoas foram afetadas em 478 municípios e tiveram prejuízos bilionários. Segundo a Defesa Civil, foram 185 mortes, 806 feridos e 23 desaparecidos, além de aproximadamente 200 mil pessoas desalojadas ou desabrigadas.

Embora a maioria dos gaúchos tenha sido impactada, endereço, cor da pele e classe social foram determinantes para o tempo de resposta do poder público e para a gravidade das perdas. A justiça climática deixou de ser um conceito abstrato para se tornar urgência de sobrevivência.

O relatório da ANA aponta que muitas pessoas não sabiam que viviam em áreas de risco e desconheciam como agir, evidenciando a ausência de planos de evacuação. Instituições estratégicas também estavam em zonas inundáveis. Nesse cenário, a informação jornalística mostra-se essencial para salvar vidas.

Enquanto drones registravam a destruição de forma panorâmica, o jornalismo local, comunitário e independente estava no território, nas ruas e nas águas, mostrando que a enchente não era igual para todos. Em Porto Alegre, formou-se uma linha abissal entre quem pôde sair e quem permaneceu protegendo o pouco que restou.

A injustiça climática manifesta-se nas desigualdades socioeconômicas e raciais que limitam a capacidade de resposta de populações vulnerabilizadas. No estado, o racismo ambiental revelou-se de forma explícita. Direitos básicos à vida, a moradia, saúde, água e segurança foram diretamente ameaçados.

Estudos do Observatório das Metrópoles indicam que as áreas mais atingidas concentram maior população negra, historicamente desfavorecida em renda, escolaridade e acesso a oportunidades. Assim, comunidades já negligenciadas sofreram as maiores perdas.

Muitas famílias não tinham para onde voltar. O debate sobre deslocamentos climáticos ganhou força com iniciativas como o Projeto de Lei nº 1594, que propõe a Política Nacional dos Deslocados Ambientais e Climáticos. Dados mostram impactos severos sobre indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Nesse contexto, o jornalismo local foi fundamental como serviço público. O rádio teve papel decisivo durante a emergência, ampliando orientações e informações. As mídias dos territórios atuaram com a população em meio à incerteza.

Ao mesmo tempo, as redações também foram afetadas. Relatório da organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF) e da Associação de Jornalismo Digital (Ajour) mostrou que muitos profissionais estavam entre os atingidos e que 76% dos veículos não possuíam planos de emergência, revelando fragilidades estruturais.

Enquanto a mídia hegemônica focava na reconstrução sob a ótica econômica, veículos locais, como *Sul21* e *Brasil de Fato*, que se colocam no campo alternativo e popular, trouxeram um olhar situado no território e mais atento à injustiça climática.

Nesse contexto, o jornalismo local foi fundamental como serviço público. O rádio teve papel decisivo durante a emergência, ampliando orientações e informações. As mídias dos territórios atuaram com a população em meio à incerteza.

A justiça climática deixou de ser conceito abstrato para se tornar urgência de sobrevivência

Mostraram não apenas a tragédia, mas também as redes de solidariedade, como cozinhas comunitárias que alimentavam milhares de pessoas. Estudos de Clara Aguiar da Silva e Leticia Menezes Pasuch demonstraram como essas coberturas priorizaram vozes da sociedade civil, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Foram os jornalistas locais que primeiro reportaram o ocorrido e que mais sustentaram a cobertura. Mesmo com menos recursos, deram visibilidade às causas estruturais da tragédia.

Quase dois anos depois, os impactos permanecem, sobretudo para quem já vivia com pouco. A urgência da adaptação dos territórios precisa seguir na pauta.

Do ponto de vista jornalístico, é necessário avançar: sair do relato dos fatos para a análise crítica das causas. A crise climática exige uma comunicação comprometida com a realidade, com a resiliência do povo e com a denúncia das injustiças. ●

Alice Dutra Balbé é jornalista, mestre e doutora em ciências da comunicação, pesquisadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (CECS/UMinho), de Portugal, e colaboradora no Laboratório de Comunicação Climática [Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (UFRGS/CNPq)]

Cláudia Herte de Moraes é jornalista e doutora em comunicação e informação [Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)]. Atua como professora e pesquisadora na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), coordena o Grupo Educom Clima [UFSM/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)] e é tutora no Programa de Educação Tutorial do Ministério da Educação (PET/MEC).

Eloisa Beling Loose é professora e pesquisadora no Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordena o Laboratório de Comunicação Climática [UFRGS/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)] e o Observatório de Jornalismo Ambiental.



CAPÍTULO 2

POR QUE UM DOSSIÊ DE RECOMENDAÇÕES?



tema “Justiça climática para nossos territórios” reflete a necessidade de trazer o debate climático para a escala local, partindo das experiências de quem vive diariamente os efeitos da desigualdade ambiental.

Falar de justiça climática no Brasil sem ouvir as favelas e periferias, indígenas, geraizeiros, camponeses, populações ribeirinhas e quilombolas é contar só metade da história. E, quase sempre, a metade errada.

É nos territórios populares que a crise climática deixa de ser um conceito técnico – e até abstrato – e vira água dentro de casa, comida mais cara no prato, calor insuportável sob o teto de zinco, medo de deslizamento em dia de chuva forte.

Por isso, construir um dossiê de recomendações sobre justiça climática por meio do jornalismo local das favelas e periferias não é apenas uma escolha metodológica. É uma escolha política. É decidir que quem vive o problema também deve ser ouvido e ser voz para formular as soluções.

A *3ª Conferência de Jornalismo de Favelas e Periferias* partiu exatamente desta premissa: justiça climática começa no território. E território, aqui, não é abstração. É viela, é beco, é laje, é associação de moradores, é rádio comunitária, é coletivo de comunicação que cobre o alagamento quando a grande imprensa já foi embora, é o jornal impresso distribuído mão a mão, beco a beco, é jornalismo digital operado para as redes, mas também para as ruas.

Quando se fala em mudanças climáticas, muitas vezes o debate fica restrito a relatórios internacionais, metas de carbono e grandes acordos globais, como os discutidos na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30). Mas, para quem mora em áreas sem saneamento básico, justiça climática significa ter esgoto tratado para que a chuva não transforme a rua em vala. Significa ter moradia segura para que o temporal não vire tragédia anunciada. Ter informação acessível para saber como se proteger, para cobrar o poder público, para se organizar, para viver. É aí que entra o jornalismo local.

O jornalismo das favelas e periferias não é apenas uma notícia ou um segmento. Ele traduz, contextualiza, escuta, denuncia e expõe as violências concretas do cotidiano, revelando que a falta de direitos básicos está diretamente ligada à injustiça climática. Daí a importância de um dossiê de recomendações para ir direto ao ponto: o que podemos fazer? Ele nasce da necessidade de sistematizar esse conhecimento que já existe nos territórios. Porque as favelas não são apenas cenário de desastre: são produtoras de análise, de dados, de soluções e de propostas concretas.

Trata-se de um documento para fortalecer a democracia. Afinal, quando uma favela vira “deserto de notícias”, a população perde acesso a informações essenciais para sua sobrevivência. E isso, em tempos de crise climática, pode custar vidas. Informação salva, e dados são poder. Informação organiza, pressiona, gera dados e políticas públicas.

O dossiê também cumpre um papel de memória e proteção. Em um contexto em que comunicadores locais frequentemente enfrentam ameaças e pressões, registrar coletivamente as recomendações e propostas cria respaldo institucional.

Mostra que existe um ecossistema de mídia periférica ativo, articulado e comprometido com a defesa dos direitos humanos, tanto com

os direitos básicos na ponta do beco da favela quanto com as soluções e respostas para o mundo diante da crise climática, pois as favelas e as periferias como território possuem experiências que ensinam.

E há um ponto fundamental: **justiça climática não pode ser pensada sem justiça social**. Não é possível falar de transição energética ignorando quem não tem energia regularizada. Não é possível falar de

idades resilientes ignorando quem mora em área de risco porque nunca teve acesso a moradia digna. Não é possível discutir sustentabilidade sem discutir desigualdade.

Por isso, o dossiê propõe deslocar o centro do debate. Em vez de perguntar apenas “Como reduzir emissões?”, pergunta também: “Quem está pagando a conta da crise climática? Quem está sendo ouvido nas decisões? Quem recebe investimento? Quem é tratado apenas como vítima, e não como sujeito político?”.

A linguagem acessível e popular não é detalhe: é estratégia. Se a pauta climática continuar restrita a especialistas, ela não mobiliza. E, se não mobiliza, não transforma. O jornalismo das favelas e periferias já

sabe falar com o seu público. Sabe transformar tema técnico em conversa direta. Sabe conectar política pública com a vida real. É essa capacidade que precisa ser reconhecida como parte da solução climática.

Este dossiê, portanto, é uma ferramenta de incidência, um instrumento para dialogar com governos, com parlamentares, com organismos internacionais e com a filantropia. É também um convite à responsabilidade compartilhada: investir em jornalismo local é investir em justiça climática. E justiça climática não é discurso bonito. É garantir que ninguém seja deixado para trás quando a chuva cair, quando o calor aumentar, quando o alimento faltar.

E quem vive isso todos os dias tem muito a ensinar sobre como enfrentar e transformar essa realidade. ●

O dossiê também cumpre um papel de memória e proteção. Em um contexto em que comunicadores locais frequentemente enfrentam ameaças e pressões, registrar coletivamente as recomendações e propostas cria respaldo institucional



CAPÍTULO 3

JUSTIÇA CLIMÁTICA

3.1

O QUE É JUSTIÇA CLIMÁTICA PARA OS NOSSOS TERRITÓRIOS?

QUEM PARTICIPOU DA CONVERSA

MEDIAÇÃO



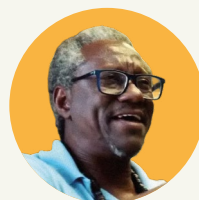
**VAGNER DE
ALENCAR**
Agência Mural (SP)



**RAY
BANIWA**
Rede Wayuri (AM)



ELIZE MAYARA
Coletivo Jovens
Tapajônicos (PA)



**ANTÔNIO CARLOS
FIRMINO**
Rede Favela
Sustentável (RJ)

A final, o que queremos dizer quando falamos em justiça climática para quem vive nos territórios? Ao longo da conferência, uma imagem sintetizou o desafio colocado pelos participantes: a fumaça das queimadas na Amazônia que impede a visão do horizonte. A metáfora diz respeito não apenas à dificuldade física de enxergar, mas também à incapacidade histórica do Brasil de reconhecer a realidade vivida por populações que estão na linha de frente da crise climática.

Para quem vive na Amazônia, nas periferias urbanas ou nas favelas, a crise climática não é um tema distante. Ela se manifesta no calor extremo, na seca, na falta d'água, no aumento do preço dos alimentos, no esgoto a céu aberto, no lixo acumulado e na intensificação das queimadas.

A partir da perspectiva dos povos indígenas do Rio Negro, foi ressaltado que as mudanças climáticas vêm sendo sentidas há anos, nos ciclos dos rios, no tempo das chuvas, na pesca e na plantação. E quem vive onde o impacto é mais severo precisa participar das decisões.

Do Tapajós, foi destacada a atuação da juventude amazônica, que há mais de duas décadas pesquisa, registra e produz dados sobre as transformações ambientais, mas nem sempre é reconhecida como protagonista.

Já a experiência das favelas do Rio de Janeiro reforça que, nas periferias, justiça climática passa por condições básicas: acesso à água, saneamento, gestão adequada de resíduos e moradia digna. A ausência de políticas públicas estruturais e de investimento contínuo impacta diretamente esses territórios, e a comunicação local cumpre o papel de registrar e denunciar essas falhas.

O debate convergiu para um ponto essencial: antes de falar em justiça climática, é preciso reconhecer a injustiça climática. Territórios negros, indígenas, quilombolas e periféricos são os que mais sofrem com a ausência de saneamento, com a má gestão de resíduos, com a seca, com enchentes e com queimadas. Essa desigualdade foi apontada como expressão do racismo ambiental e resultado de processos históricos de exclusão.

Também foi ressaltado que jornalistas e comunicadores desses territórios não produzem informação de fora da crise. Eles enfrentam os mesmos impactos – falta d'água, fumaça, calor extremo – enquanto registram, denunciam e propõem soluções.



Foto: Igor Siqueira

RECOMENDAÇÕES

1

VALORIZAR E FORTALECER A COMUNICAÇÃO TERRITORIAL

- Reconhecer que a comunicação feita a partir do território produz conhecimento e combate a desinformação.
- Garantir formação e apoio às organizações de jornalismo local, assegurando condições para que permaneçam mobilizadas e produzindo informação.
- Fortalecer redes que registrem as mudanças climáticas com base na vivência local.
- É preciso lembrar que quem atua nesse registro também sofre com o impacto climático, junto com a população, e tem o trabalho afetado por secas, pela falta d'água, de alimentos e saneamento básico, além de queimadas e má gestão de resíduos.

2

TRADUZIR A JUSTIÇA CLIMÁTICA A PARTIR DA REALIDADE CONCRETA

- Explicitar nas notícias que a justiça climática vai além de acordos internacionais e impacta diretamente o cotidiano dos territórios periféricos, favelados, quilombolas, indígenas e ribeirinhos.
- Relacionar as mudanças climáticas com problemas como seca, falta d'água, ausência de saneamento, descarte inadequado de resíduos e queimadas.
- Reconhecer que cada território possui formas próprias de compreender e praticar justiça climática.

3

GARANTIR PROTAGONISMO E DIÁLOGO ENTRE GERAÇÕES

- Ouvir as juventudes e assegurar sua participação nas propostas e no debate sobre financiamento climático.
- Considerar soluções locais para combater o racismo ambiental e reconhecer que os territórios constroem, na prática, seus próprios conceitos de justiça climática.
- Criar espaços de diálogo entre diferentes gerações.
- Promover rodas de conversa, exposições e registros das percepções da população sobre os impactos da injustiça climática.



Foto: Igor Siqueira

Considerações finais

O debate evidenciou que a justiça climática para os territórios, está diretamente ligada à possibilidade de viver com dignidade no presente e construir perspectivas de futuro. As soluções já estão sendo pensadas e praticadas em diferentes contextos, da Rocinha ao Rio Negro. O desafio colocado é garantir reconhecimento, investimento e espaço efetivo de decisão para esses sujeitos coletivos.

3.2

COMO PAUTAR CLIMA, RAÇA E GÊNERO PARA FOMENTAR POLÍTICAS PÚBLICAS

QUEM PARTICIPOU DA CONVERSA

MEDIAÇÃO



TATIANA LIMA
Fala Roça
(RJ)



BRENDA GOMES
Entre Becos
(BA)



GABRIELE OLIVEIRA
Desterro (SC)



GILBERTO LUIZ
Sargento Perifa
(PE)

Comunicar a partir das periferias não é somente fazer jornalismo. É disputar a narrativa, enfrentar apagamentos históricos e atuar politicamente. Produzir informação desde o território é um ato de resistência e de afirmação de existência. Essas foram algumas das conclusões de um debate sobre como pautar clima, raça e gênero nos territórios. Para além da reportagem, a ideia foi refletir sobre como transformar essa discussão e essas reportagens em políticas públicas.

Enquanto a narrativa dominante frequentemente associa as periferias à violência e à carência, organizações de jornalismo local de estados como Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina evidenciam que o território não é apenas problema: é potência e também produtor de soluções.

As experiências compartilhadas demonstraram que o jornalismo pode estruturar formas concretas de participação e incidência. Em Florianópolis (SC), por exemplo, o *Desterro Jornalismo* está construindo um conselho comunitário para que moradores participem das decisões editoriais. A proposta reposiciona a comunidade como sujeito da pauta e rompe com o modelo centralizado de definição de relevância.

Em Pernambuco, o Sargento Perifa realizou, entre 2020 e 2024, um censo próprio para mapear demandas do território. Ao produzir dados onde o Estado não produziu, o coletivo transformou informação em instrumento de pressão. Dados sistematizados tornam-se argumento, cobrança e incidência política.

Essas práticas revelam que o jornalismo territorial pode ultrapassar a denúncia e estruturar mecanismos de organização social.

Sobre a justiça climática, a mesa foi enfática: não é possível falar de clima sem falar de raça.

As enchentes atingem com maior intensidade áreas de risco. A falta d'água incide sobre territórios com saneamento precário. A violência policial afeta majoritariamente jovens negros. Esses padrões revelam desigualdades históricas e configuram racismo ambiental e abandono estrutural.

Ao produzir as próprias narrativas, os coletivos não apenas denunciam essas desigualdades, mas também enfatizam o que sustenta o território: solidariedade, cultura, organização e memória. Ao fazê-lo, rompem estigmas e constroem novas referências simbólicas.

Outro ponto central foi compreender que o jornalismo local (nas periferias e favelas) envolve formação política, fortalecimento da identidade racial e construção de redes.

Quando o território se reconhece em sua própria narrativa, fortalece sua autoestima. Esse processo amplia a capacidade de mobilização e de pressão sobre o poder público. Registrar memória, ouvir a comunidade antes de definir pautas e transformar levantamentos locais em dados concretos são estratégias que convertem comunicação em instrumento de incidência.

O território não deve ser tratado como objeto de cobertura, mas, sim, como sujeito da produção jornalística. Falar a partir dele implica garantir que comunicadores periféricos ocupem o centro da elaboração de narrativas sobre clima, raça e gênero e que essas leituras circulem nos espaços de decisão.

Quando nasce do território, o jornalismo não se coloca como neutro diante da injustiça. Ele assume posição ao lado de quem historicamente foi silenciado

RECOMENDAÇÕES

1

GARANTIR O PROTAGONISMO DOS TERRITÓRIOS

- Assegurar que comunicadores periféricos estejam no centro da produção jornalística.
- Adotar o princípio de “nada sobre nós sem nós” na construção das pautas.
- Criar estruturas participativas, como conselhos comunitários, para compartilhar decisões editoriais.

2

ENFRENTAR O RACISMO AMBIENTAL DE FORMA ESTRUTURADA

- Integrar clima, raça e gênero como dimensões inseparáveis das pautas.
- Evidenciar desigualdades concretas relacionadas a enchentes, seca, saneamento precário e violência.
- Produzir narrativas que enfrentem a necropolítica e o abandono histórico dos territórios.

3

TRANSFORMAR INFORMAÇÃO EM INCIDÊNCIA POLÍTICA

- Realizar levantamentos e censos locais para suprir lacunas de dados oficiais.
- Converter reportagens e diagnósticos em instrumentos de pressão institucional.
- Utilizar dados produzidos no território como base para a cobrança de políticas públicas.

4

FORTALECER IDENTIDADE, MEMÓRIA E FORMAÇÃO

- Valorizar a memória viva dos territórios.
- Integrar formação política às práticas jornalísticas.
- Construir contra narrativas que destaquem cuidado, cultura e bem-viver.
- Utilizar linguagem acessível e formatos conectados à realidade local.

5

ARTICULAR COMUNICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

- Manter a comunicação vinculada ao trabalho social cotidiano.
- Construir redes de apoio e colaboração entre coletivos.
- Cobrar responsabilidade ética da mídia tradicional na cobertura dos territórios.



Foto: Igor Siqueira

Considerações finais

Clima, raça e gênero se cruzam na vida concreta das pessoas. Não são agendas isoladas, mas dimensões interdependentes das desigualdades vividas nos territórios.

Quando nasce do território, o jornalismo não se coloca como neutro diante da injustiça. Ele assume posição ao lado de quem historicamente foi silenciado.

A transformação das políticas públicas não ocorre apenas nos gabinetes. Ela também se constrói quando o território se organiza, e o jornalismo pode ser a faísca desse processo, articulando narrativa, dados e mobilização para exigir direitos e reconhecimento.

3.3

O QUE NÃO FOI FALADO NA COP30

QUEM PARTICIPOU DA CONVERSA

MEDIAÇÃO



LARISSA PONTES
Eficientes
(PE)



ISABELLE MACIEL
Tapajós de Fato
(PA)



LORRAYNE BATISTA
Conecta Cabana
(MG)

A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), realizada em Belém (PA), trouxe para o Brasil vários debates sobre o futuro do mundo caso não mudemos, o mais rápido possível, o atual caminho de deterioração do meio ambiente.

Porém, ao deslocar o foco da agenda técnica oficial para as lacunas estruturais, havia uma tensão central: a distância entre a diplomacia climática internacional e a realidade concreta dos territórios mais impactados pela crise ambiental. Afinal, quem ocupa os espaços de decisão e quem permanece fora deles?

A 3ª Conferência de Jornalismo de Favelas e Periferias foi realizada a nove dias da COP, e naturalmente o evento também entrou em debate. Um dos pontos mais contundentes foi o paradoxo de sediar uma conferência climática no coração da Amazônia enquanto se mantém

à margem as populações locais – o risco de uma “*COP* amazônica sem amazônidas”, em que comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas aparecem como pano de fundo simbólico para a imprensa global, mas não participam efetivamente das negociações que definirão políticas que impactam diretamente seus territórios e modos de vida.

A representatividade simbólica não substitui poder de decisão. Sem protagonismo real das bases, a *COP* corre o risco de reproduzir a lógica excludente que a própria agenda climática afirma combater.

Além disso, o debate ampliou o conceito de justiça climática ao incluir um grupo frequentemente invisibilizado nas discussões ambientais: as pessoas com deficiência (PcDs). Foi destacado que eventos internacionais desse porte raramente garantem acessibilidade comunicacional e física plena, excluindo uma parcela significativa da população dos debates e dos processos decisórios.

A exclusão é ainda mais grave quando se considera que pessoas com deficiência estão entre as mais vulneráveis em situações de desastres cli-

máticos. Frequentemente ficam à margem tanto do planejamento preventivo quanto das respostas emergenciais, revelando uma dupla invisibilização: na política climática e na gestão de riscos.

Outro eixo do debate foi a análise crítica da cobertura midiática. Enquanto a grande imprensa tende a enfatizar oportunidades econômicas, turismo e obras de infraestrutura associadas à *COP30*, o jornalismo periférico e comunitário alerta para riscos menos visíveis: processos de gentrificação, aumento do custo de vida e “maquiagem”

de problemas sociais para projetar uma imagem positiva da cidade ao público internacional.

A crítica não se dirige à realização do evento em si, mas, sim, à forma como ele pode ser instrumentalizado para promover uma narrativa de progresso que desconsidera desigualdades históricas e desloca populações vulneráveis. Nesse sentido, a disputa comunicacional torna-se parte central da disputa política sobre o significado da *COP*.

Houve também questionamentos sobre a coerência do Estado brasileiro ao se posicionar como liderança ambiental global enquanto fomenta projetos de alto impacto ambiental na região, como a exploração de petróleo na foz do Amazonas e outros empreendimentos intensivos em recursos naturais.

A ausência de alinhamento entre o discurso internacional e as práticas domésticas foi apontada como um fator que fragiliza a credibilidade da agenda climática e reforça a percepção de que grandes conferências podem se tornar eventos diplomáticos desconectados da realidade da floresta e das periferias.

A representatividade simbólica não substitui poder de decisão. Sem protagonismo real das bases, a *COP* corre o risco de reproduzir a lógica excludente que a própria agenda climática afirma combater

RECOMENDAÇÕES

1

GARANTIR INCLUSÃO REAL E PROTAGONISMO LOCAL

- Assegurar que comunidades amazônicas, quilombolas, indígenas e periféricas participem ativamente da construção de outras edições da COP.
- Garantir presença não apenas simbólica, mas com poder de proposição e influência nas decisões.
- Estabelecer mecanismos de escuta estruturada das bases antes, durante e após a COP.

2

INSTITUIR ACESSIBILIDADE UNIVERSAL NA AGENDA CLIMÁTICA

- Implementar políticas de acessibilidade física e comunicacional em todos os espaços do evento.
- Garantir participação efetiva de pessoas com deficiência nos debates e instâncias de decisão.
- Incorporar a perspectiva da deficiência no planejamento de políticas de adaptação e resposta a desastres climáticos.

3

FORTALECER O JORNALISMO TERRITORIAL EM GRANDES EVENTOS

- Financiar e valorizar mídias independentes e periféricas para garantir cobertura a partir do território.
- Contrapor a narrativa exclusivamente econômica com análises sobre impactos sociais e ambientais locais.
- Monitorar riscos de gentrificação e invisibilização de desigualdades.

4

EXIGIR COERÊNCIA ENTRE DISCURSO E PRÁTICA AMBIENTAL

- Cobrar alinhamento entre compromissos internacionais e políticas domésticas.
- Questionar projetos de alto impacto ambiental que contradigam a agenda de preservação.
- Ampliar a transparência sobre decisões estratégicas relacionadas à exploração de recursos naturais.

5

PRIORIZAR ESTRATÉGIAS CLIMÁTICAS ADAPTADAS AO TERRITÓRIO

- Abandonar soluções padronizadas e importadas "de cima para baixo".
- Desenvolver políticas que respeitem as especificidades geográficas, culturais e sociais da Amazônia e das periferias urbanas.
- Reconhecer saberes locais como parte fundamental das soluções climáticas.



Foto: Igor Siqueira

Considerações finais

A realização da *COP30* na Amazônia carrega forte simbolismo político. No entanto, o simbolismo não substitui a transformação estrutural. Sem inclusão real, acessibilidade plena, coerência política e escuta ativa das comunidades, o evento corre o risco de reproduzir desigualdades sob a aparência de protagonismo ambiental.

A legitimidade da *COP30* não deveria ser medida apenas por acordos assinados, mas pela capacidade de incluir, de fato, aqueles que vivem na linha de frente da crise climática. Algo que pode ser melhor nas futuras edições.

3.4

REPORTAGENS SOBRE O CLIMA QUE GERAM MUDANÇAS REAIS

QUEM PARTICIPOU DA CONVERSA



MEDIAÇÃO

MARIA ROSA DARRIGO
(PULITZER CENTER)

Sustentar a cobertura da crise climática a partir dos territórios envolve diversos obstáculos, como vimos até aqui. Um deles está no financiamento do jornalismo local – o que veremos melhor na parte 4 deste dossiê. Mas como as reportagens realizadas sobre esse tema podem fortalecer esse processo?

A *3ª Conferência de Jornalismo de Favelas e Periferias* teve uma troca entre jornalistas periféricos e Maria Rosa Darrigo, do Pulitzer Center, organização que apoia reportagens produzidas por organizações de jornalismo local em todo o mundo.

O jornalismo territorial ocupa posição estratégica na agenda climática. É ele que registra enchentes, secas, crises hídricas, ausência de saneamento, queimadas e insegurança alimentar com base na experiência concreta das comunidades. É ele que traduz os efeitos globais da crise em consequências locais.

Fortalecer esse ecossistema, portanto, não é apenas garantir pluralidade informativa. É assegurar que a justiça climática seja narrada por quem vive seus impactos diretos.

Um dos pontos centrais do debate foi compreender que o jornalismo territorial não atua somente como cobertura eventual da pauta ambiental. Nos territórios periféricos, o clima atravessa o cotidiano.

A produção da pauta é construída com a comunidade, refletindo demandas urgentes: acesso à água, risco de remoções, impacto de grandes empreendimentos, ausência de políticas públicas ambientais. A reportagem é frequentemente resultado de um processo mais amplo de mobilização e organização social.

Quais métricas reconhecem o impacto?

A tensão entre métricas quantitativas e impacto qualitativo torna-se ainda mais evidente na pauta climática. Por vezes, isso dificulta a apresentação do impacto causado pela cobertura territorial.

Como exemplo, mobilizações contra empreendimentos que ameaçam recursos hídricos, mudanças de comportamento após reportagens sobre sustentabilidade, processos de conscientização sobre riscos ambientais e reconhecimento das comunidades afetadas nem sempre trazem um grande número de cliques ou visualizações.

O desalinhamento entre as métricas exigidas e o tipo de impacto gerado cria barreiras para o financiamento da cobertura climática territorial justamente onde ela é mais necessária.

Desafios estruturais para a cobertura climática

1. Financiamento por projeto e instabilidade

O modelo predominante de bolsas por reportagem não sustenta coberturas climáticas contínuas, que exigem acompanhamento de longo prazo, monitoramento de políticas públicas e apuração aprofundada.

2. Agendas temáticas impostas

Quando financiadores definem previamente temas como “clima”, sem diálogo com o território, há risco de descolamento da realidade local. Nos territórios, o clima não é uma pauta isolada, mas atravessa múltiplas demandas.

3. Inviabilidade da investigação ambiental

Coberturas sobre impactos ambientais, uso da água, grandes empreendimentos ou omissões do poder público podem gerar riscos concretos.

A ausência de suporte jurídico e de segurança limita a realização de investigações mais profundas, fundamentais para revelar injustiças climáticas estruturais.

Parcerias com veículos especializados tornam-se uma estratégia para viabilizar esse tipo de apuração com maior proteção institucional.

4. Riscos pessoais e políticos

Jornalistas que vivem no território são figuras conhecidas. Cobrir temas ambientais sensíveis pode afetar relações locais e gerar pressões políticas ou ameaças, o que exige apoio estruturado.

RECOMENDAÇÕES

1

PARA ORGANIZAÇÕES FINANCIADORAS

- Garantir financiamento climático de longo prazo: criar linhas institucionais que permitam cobertura contínua da agenda climática.
- Reconhecer que justiça climática exige acompanhamento permanente, e não apenas reportagens pontuais.
- Cocriar agendas climáticas com os territórios.
- Substituir chamadas temáticas rígidas por processos de escuta ativa.
- Entender que clima, nos territórios, está integrado a saneamento, moradia, raça e trabalho.
- Valorizar mobilizações comunitárias, mudanças de percepção e processos de organização como indicadores de impacto climático.
- Financiar para além dos projetos: estrutura, segurança, assessoria jurídica em pautas sensíveis. Reconhecer que cobrir injustiças ambientais pode gerar riscos.
- Apoiar projetos integrados que articulem educação climática, mobilização e produção jornalística.



Foto: Igor Siqueira

Foto: Igor Siqueira



2

PARA VEÍCULOS TERRITORIAIS

- Sistematizar impactos da cobertura climática.
- Registrar casos de mobilização gerados por reportagens ambientais.
- Organizar evidências de mudanças locais relacionadas à pauta climática.
- Fortalecer redes para investigação ambiental.
- Formalizar parcerias com veículos especializados em meio ambiente e direitos humanos.
- Compartilhar riscos e ampliar a profundidade investigativa.
- Estruturar propostas que evidenciem a centralidade climática.
- Demonstrar como a estabilidade financeira permite acompanhar políticas ambientais e impactos territoriais.
- Articular o clima como eixo transversal das pautas locais.
- Investir em formação para a mensuração de impactos climáticos
- Desenvolver ferramentas para traduzir transformações ambientais locais em evidências estruturadas.
- Integrar o monitoramento de políticas públicas ambientais à prática jornalística.

Considerações finais

O jornalismo territorial é ator estratégico na construção da justiça climática no Brasil. Garantir sustentabilidade a esse jornalismo é garantir que a agenda climática não seja narrada apenas a partir de centros de poder, mas também a partir das margens que sentem seus efeitos mais severos.

Investir no jornalismo territorial é investir diretamente na capacidade das comunidades de compreender, enfrentar e transformar os impactos da crise climática em seus próprios contextos. ●



Foto: Igor Siqueira





The background of the page is a vibrant, stylized illustration. In the foreground, a woman with dark skin, wearing glasses and a white headwrap, is seated at a yellow desk. She is looking at a laptop. To her left, a smartphone is mounted on a stand. The desk is on a purple surface. In the background, a hillside is covered with colorful, multi-story houses in shades of orange, yellow, and purple. The sky is a solid light blue.

CAPÍTULO 4

SOBRE O FAZER JORNALÍSTICO NOS TERRITÓRIOS

4.1

QUANDO O JORNALISMO VIRA MOBILIZAÇÃO DE VERDADE

QUEM PARTICIPOU DA CONVERSA

MEDIAÇÃO



KAREN FONTOURA
Fala Roça
(RJ)



THAIS SIQUEIRA
Desenrola e Não
me Enrola (SP)



MADALENA VIEIRA
Abaré Escola de
Jornalismo (AM)



UGO FARIAS
Coletivo Utopia Negra
Amapaense (AP)



Quando o jornalismo deixa de ser só notícia e vira mobilização no território? Nas periferias urbanas, na Amazônia, nas quebradas e nos territórios tradicionais, o jornalismo não termina na publicação. Ele continua na rua. Ocupa escolas, feiras, rodas de conversa, associações de moradores e redes comunitárias.

No Amapá, Ugo Farias, do Coletivo Negra Amapaense, relatou que a pauta não se encerra nas redes sociais. Ela se transforma em aula pública, roda de conversa, campanha no comércio

local, distribuição de mudas e mobilização ambiental. É o jornalismo chamando o território para agir.

Em São Paulo, Thais Siqueira, do Desenrola e Não me Enrola, destacou a ocupação de escolas, a produção de cartilhas ilustradas, campanhas educativas e materiais didáticos que traduzem temas complexos, como clima e políticas públicas, para a linguagem da comunidade. Não é apenas informar. É formar.

Na Amazônia, Madalena Vieira atua na Abaré Escola de Jornalismo e reforçou que comunicar é também educar, fortalecer identidade e preservar memória. É oferecer ferramentas para que a população compreenda seus direitos e se posicione diante das decisões que impactam seu território.

Mesmo com poucos recursos e estrutura limitada, esses veículos fazem muito porque têm criatividade, ancestralidade e compromisso com a base. Além disso, cumprem um papel central ao explicar como enchentes, secas e ondas de calor se conectam a decisões políticas e ao combater a desinformação climática com linguagem acessível. Quando a comunidade entende que o problema não é individual, mas estrutural, ela se mobiliza.

Outro ponto forte foi compreender que o conteúdo jornalístico não morre na publicação. Ele se torna dado, documento, memória e ferramenta de cobrança. Reportagens podem fundamentar denúncias, embasar reivindicações e pressionar o poder público por mudanças sistêmicas. O jornalismo deixa de ser apenas registro e passa a ser instrumento político de transformação social.

Por fim, é uma mobilização que começa com a escuta ativa de coletivos, lideranças, jovens e moradores. Isso permite compreender como a injustiça climática é vivida no cotidiano. A partir dessa escuta, é possível comunicar melhor e mobilizar com mais precisão.

O jornalismo territorial assume, assim, uma responsabilidade social explícita: analisar planos de governo, identificar promessas não cumpridas e cobrar ações concretas.

Foto: Igor Siqueira



RECOMENDAÇÕES

1

TRANSFORMAR REPORTAGEM EM PROCESSO EDUCATIVO E MOBILIZADOR

- O jornalismo territorial deve estruturar estratégias para que o conteúdo ultrapasse a publicação e se converta em formação política e mobilização social.
- Realizar aulas públicas, rodas de conversa e oficinas em escolas e associações comunitárias.
- Produzir cartilhas, ilustrações didáticas e materiais pedagógicos sobre clima e direitos sociais.
- Integrar campanhas comunitárias às pautas jornalísticas, fortalecendo o vínculo com o território.
- Utilizar linguagem acessível e formatos diversos (visual, impresso, oral e digital).

2

COMBATER A DESINFORMAÇÃO CLIMÁTICA COM LINGUAGEM POPULAR

- Diante do avanço de narrativas negacionistas, é essencial traduzir a pauta ambiental para o cotidiano das pessoas.
- Criar guias simples sobre mudanças climáticas e seus impactos locais.
- Explicar como decisões políticas influenciam a ocorrência de enchentes e secas e as condições de saneamento e saúde.
- Produzir conteúdos que ensinem a identificar manipulações e falsas informações.
- Trabalhar a educação midiática como estratégia permanente.

3

UTILIZAR DADOS PÚBLICOS COMO FERRAMENTA DE INCIDÊNCIA CLIMÁTICA

- Informação oficial existe, mas precisa ser traduzida e apropriada pela população.
- Incorporar dados ambientais públicos às reportagens.
- Sistematizar informações para uso em audiências, conselhos e fóruns locais.
- Transformar reportagens em documentos que subsidiem reivindicações.
- Capacitar equipes para leitura e interpretação de indicadores ambientais.

4

INTEGRAR JORNALISMO E OUTROS FORMATOS

- A mobilização territorial exige múltiplas linguagens e articulações.
- Estabelecer parcerias com educadores, artistas e movimentos sociais.
- Misturar formatos narrativos para ampliar o alcance das pautas climáticas.
- Construir campanhas interdisciplinares que dialoguem com juventudes e lideranças locais.
- Fortalecer redes colaborativas entre territórios.

5

MONITORAR POLÍTICAS PÚBLICAS E PROMESSAS DE GOVERNO

- O jornalismo de território assume responsabilidade social ao fiscalizar o poder público.
- Analisar planos de governo sob a ótica da justiça climática.
- Identificar lacunas e promessas não cumpridas.
- Produzir conteúdos comparativos que evidenciem contradições.
- Manter acompanhamento contínuo das políticas ambientais e urbanas.

6

PRIORIZAR A ESCUTA

- Ouvir coletivos, lideranças, juventudes e moradores sobre como eles vivem a crise climática.
- Incorporar percepções locais à construção das pautas.
- Criar espaços participativos de diálogo e devolutiva comunitária.
- Valorizar saberes tradicionais e memórias territoriais.

Considerações finais

O jornalismo local e comunitário não quer apenas noticiar problemas. Ele quer transformar realidades. Ao tornar-se aula pública, ocupar a escola ou distribuir informação na feira e dialogar com o comércio da quebrada, o jornalismo reforça uma mensagem fundamental aos moradores: “Você tem direito. Você pode cobrar. Seu território importa”. É nesse movimento, da informação à ação, que a transformação social começa a tornar-se concreta.

4.2

COMUNICAÇÃO ANCESTRAL PARA FUTUROS POSSÍVEIS

QUEM PARTICIPOU DA CONVERSA



MEDIAÇÃO

LENNE FERREIRA

Afoitas e Bioma

Comunicação Ancestral (PE)

Como construir narrativas capazes de dialogar com os territórios sem reproduzir as lógicas externas que, historicamente, falam sobre favelas, periferias e comunidades tradicionais sem escutá-las? Um dos caminhos é a comunicação ancestral, que propõe repensar as bases do próprio fazer jornalístico e comunicacional. As propostas deste capítulo nascem de uma oficina realizada por Lenne Ferreira, fundadora da Afoitas (PE).

Inicialmente, discutir essa comunicação é ir além do debate sobre ferramentas ou formatos como ponto de partida. Em vez de começar pelas plataformas, métricas ou estratégias de distribuição, a comunicação precisa passar **pela escuta, pela memória e pelas relações construídas nos territórios.**

Nesse sentido, a noção de **comunicação ancestral, ou regenerativa**, surge como uma perspectiva que reconhece que os territórios já possuem sistemas próprios de circulação de informação, saberes coletivos e formas de narrar o mundo.

Esses conhecimentos são transmitidos por meio de histórias, rituais, encontros comunitários, experiências de cuidado e práticas culturais. Ao considerar esses elementos como tecnologias legítimas

de comunicação, amplia-se o entendimento do que significa informar e produzir uma narrativa pública.

A comunicação é **um processo cíclico**, e não apenas uma produção pontual de conteúdo. Para organizar esse processo, é preciso pensar em quatro dimensões interligadas: **chão, território, vivência e sementes**.

Chão

O chão representa a necessidade de pausa e reconhecimento. Antes de comunicar, é preciso compreender o contexto, escutar as histórias locais e reconhecer os saberes existentes.

Cada território carrega memórias, experiências de resistência e formas próprias de interpretar o mundo. Ignorar essas dimensões frequentemente resulta em narrativas superficiais ou distantes da realidade.

Território

Território diz respeito ao propósito. A pergunta fundamental deixa de ser apenas “O que comunicar?” e passa a incluir “Para quem comunicamos, a partir de onde e com quais compromissos?”. O território deixa de ser apenas cenário e passa a ser sujeito ativo na construção das narrativas.

Vivência

A vivência aponta para a necessidade de compreender como as pessoas já se comunicam em seus contextos cotidianos. Informações circulam por redes formais e informais, por espaços de encontro, por práticas culturais e por linguagens específicas de cada comunidade. Reconhecer essas dinâmicas permite que estratégias de comunicação fortaleçam redes existentes, em vez de impor modelos externos.

Sementes

Este ciclo remete aos efeitos futuros das narrativas produzidas. Cada história publicada, cada campanha e cada processo comunicacional podem gerar impactos que ultrapassam o momento imediato da divulgação. Narrativas podem fortalecer identidades coletivas, registrar memórias, estimular a mobilização social e contribuir para a construção de novos imaginários sobre os territórios.

Há outros dois pontos fundamentais. O primeiro são as **mediações culturais e simbólicas** na comunicação.

Em muitos contextos territoriais, comunicar significa transitar entre diferentes linguagens, mundos sociais e formas de conhecimento. Comunicadores populares frequentemente ocupam esse lugar de mediação, articulando narrativas que conectam saberes locais a debates mais amplos. Essa posição estratégica exige sensibilidade para negociar sentidos, traduzir conceitos complexos e construir pontes entre diferentes públicos.

Em segundo lugar, é importante identificar **quem sustenta o diálogo com o território após a publicação das reportagens**. Muitas vezes, a circulação de uma narrativa não se encerra na matéria ou na postagem nas redes sociais. Lideranças locais, coletivos culturais, educadores e organizações comunitárias frequentemente atuam como multiplicadores das informações e como mediadores do debate público. Reconhecer essas vozes e construir parcerias com elas pode fortalecer significativamente o alcance e a legitimidade da comunicação territorial.

RECOMENDAÇÕES

1

COMUNICAÇÃO ORIENTADA PELA ESCUTA DO TERRITÓRIO

- Antes de definir estratégias ou campanhas, é fundamental compreender os contextos locais.
- Priorizar processos de escuta ativa com comunidades e lideranças locais.
- Reconhecer saberes e experiências dos territórios como fontes legítimas de conhecimento.
- Considerar memórias, práticas culturais e histórias coletivas como elementos centrais das narrativas.

2

PROTAGONISMO DAS VOZES LOCAIS

- A construção de narrativas mais justas depende da ampliação da presença de comunicadores oriundos dos próprios territórios.
- Incentivar e apoiar iniciativas de comunicação comunitária.
- Garantir que moradores e lideranças locais participem da produção das narrativas.
- Romper com abordagens externas que reproduzem estigmas sobre favelas e periferias.

3

ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO BASEADAS NAS VIVÊNCIAS COMUNITÁRIAS

- A comunicação precisa dialogar com as formas já existentes de circulação de informação.
- Mapear redes e espaços de comunicação presentes nos territórios.
- Utilizar linguagem acessível e conectada às práticas culturais locais.
- Fortalecer processos comunicacionais que valorizem a cooperação e a troca.

4

RESPONSABILIDADE NARRATIVA E CONSTRUÇÃO DE IMAGINÁRIOS

- Cada narrativa produz efeitos sociais e simbólicos que podem fortalecer ou enfraquecer comunidades.
- Construir histórias que valorizem as potências dos territórios.
- Evitar abordagens que reforcem estigmas ou simplifiquem realidades complexas.
- Estimular narrativas que ampliem perspectivas de justiça social e ambiental.

5

FORTELECIMENTO E PARCERIA COM REDES DE MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA

- Reconhecer e apoiar sujeitos que já atuam como mediadores da informação nos territórios.
- Estabelecer parcerias com coletivos, lideranças e organizações locais.
- Identificar atores que possuem legitimidade comunitária para dialogar com diferentes públicos.
- Integrar essas redes aos processos de circulação e debate das narrativas.

Considerações finais

Em vez de compreender a produção de conteúdo apenas como um processo técnico ou informacional, a comunicação ancestral sugere que comunicar é também **cultivar relações, registrar memórias e fortalecer comunidades**.

Esse entendimento amplia o papel da comunicação territorial. As narrativas deixam de ser apenas produtos informativos e passam a atuar como ferramentas de construção de sentido coletivo, preservação de histórias e mobilização social.

Em um contexto marcado por desigualdades informacionais e pela persistência de narrativas estigmatizantes sobre favelas e periferias, essa abordagem propõe um caminho baseado na escuta, na responsabilidade e na valorização dos saberes locais.

A comunicação ancestral recupera tradições e aponta para a possibilidade de **imaginar e construir futuros diferentes**.

4.3

COMO NÃO DEPENDER DOS ALGORITMOS NA COBERTURA LOCAL

QUEM FACILITOU A CONVERSA

**MEDIAÇÃO****ISABELLE MACIEL**Tapajós de Fato e Web Rádio
Banzeiro (PA)

Nas plataformas digitais dominantes, conteúdos voltados para o entretenimento tendem a receber maior destaque, enquanto temas estruturais, como mudanças climáticas, justiça ambiental e políticas públicas, frequentemente ficam em segundo plano.

Esse cenário cria um duplo desafio para o jornalismo territorial. De um lado, a lógica algorítmica tende a privilegiar conteúdos mais rápidos e virais, dificultando a circulação de reportagens aprofundadas sobre clima e território. De outro, muitas comunidades periféricas e rurais ainda enfrentam limitações de acesso à internet, o que restringe o alcance das informações publicadas exclusivamente em meios digitais.

Nesse sentido, este capítulo aborda estratégias trabalhadas pelo Tapajós de Fato e pela Web Rádio Banzeiro, veículos que atuam no oeste

do Pará. As reflexões nasceram de uma oficina realizada por Isabelle Maciel, uma das lideranças desses projetos.

A proposta não é abandonar o ambiente *on-line*, mas, sim, ampliar o repertório de ferramentas e fortalecer canais de comunicação já presentes nos territórios.

Uma das ideias centrais discutidas foi a noção de resistência digital. Esse conceito parte do reconhecimento de que comunidades historicamente marginalizadas desenvolveram, ao longo do tempo, formas próprias de circulação de informação que não dependem de tecnologias digitais centralizadas.

Essas práticas incluem **rádios comunitárias, redes de comunicação oral, encontros comunitários, circulação de materiais impressos** e outras estratégias que conectam informação à vida cotidiana das pessoas.

Nesse sentido, questões como eventos extremos, acesso à água, gestão de resíduos, poluição e impactos ambientais locais podem ser discutidas com base em experiências concretas vividas pelas comunidades.

A oficina também destacou que a comunicação climática ganha força quando se conecta à memória coletiva e às histórias locais. Relatos de moradores sobre mudanças no clima, transformações no território e experiências de enfrentamento de desastres ambientais ajudam a humanizar a informação e a aproximar o debate da realidade cotidiana.

Outro ponto importante é a valorização de estratégias híbridas de comunicação, combinando **recursos digitais e não digitais**. Mesmo ferramentas amplamente utilizadas nas comunidades, como aplicativos de mensagem por celular, podem ser adaptadas para a circulação rápida de áudios informativos ou boletins comunitários.

Esses boletins também podem chegar por meio de carros de som que circulem pelos bairros ou de campanhas que difundam informações

importantes via material impresso.

Entre os exemplos discutidos, destacam-se práticas que ampliam o alcance da informação climática nos territórios, como atividades educativas em escolas e iniciativas culturais que utilizam arte e audiovisual para estimular o debate público.

Essas estratégias demonstram que a comunicação climática não precisa estar limitada às dinâmicas de visibilidade impostas pelos algoritmos. Ao contrário, ela pode se fortalecer quando se ancora nas redes comunitárias e nas formas de comunicação já existentes nos territórios.

Foto: Igor Siqueira



RECOMENDAÇÕES

1

DIVERSIFICAR CANAIS DE COMUNICAÇÃO CLIMÁTICA

- Reduzir a dependência exclusiva das plataformas digitais pode ampliar significativamente o alcance das informações.
- Utilizar rádios comunitárias como canais de disseminação de conteúdo sobre clima e território.
- Produzir materiais impressos para circulação em escolas, associações comunitárias e espaços públicos.
- Explorar formatos híbridos que combinam comunicação digital e presencial.

2

VALORIZAR ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

- As redes de comunicação existentes nos territórios podem fortalecer a circulação de informações climáticas.
- Estabelecer parcerias com coletivos, organizações comunitárias e educadores locais.
- Utilizar encontros comunitários e eventos culturais como espaços de debate sobre questões ambientais.
- Integrar iniciativas de comunicação com práticas educativas e mobilização social.
- Produzir conteúdo com linguagem clara e acessível.
- Utilizar exemplos locais para facilitar a compreensão de fenômenos climáticos complexos.

3

UTILIZAR FORMATOS CRIATIVOS E ACESSÍVEIS

- A comunicação climática pode ganhar força quando utiliza linguagens diversas.
- Promover exposições de cinema comunitário com conteúdo relacionado ao clima.
- Realizar exposições de fotografia ou arte que registrem memórias ambientais dos territórios.
- Utilizar carros de som ou campanhas comunitárias para difundir informações importantes.

4

REGISTRAR E VALORIZAR NARRATIVAS LOCAIS

- As histórias e experiências dos moradores são fundamentais para humanizar o debate climático.
- Incentivar relatos comunitários sobre mudanças ambientais observadas no território.
- Registrar memórias coletivas sobre eventos climáticos e transformações ambientais.
- Integrar essas narrativas às reportagens e produções jornalísticas.

Considerações finais

A circulação de informação nas últimas décadas passou a depender fortemente das redes sociais e dos mecanismos de recomendação baseados em algoritmos. Como consequência, foram criadas novas desigualdades informacionais.

Nem todas as comunidades possuem acesso constante à internet nem todos os temas recebem a mesma visibilidade nas plataformas. A informação climática é também uma questão de justiça informacional. Se determinados grupos têm menos acesso à internet ou menos visibilidade nas plataformas, é necessário construir caminhos alternativos para garantir que essas informações cheguem aos territórios.

As experiências do jornalismo local, periférico, das favelas e territorial mostram que a comunicação pode ser reinventada por meio da criatividade, da proximidade e da participação coletiva. Rádios comunitárias, materiais impressos, encontros presenciais e práticas culturais continuam sendo ferramentas poderosas para fortalecer o debate público.

Mais do que uma alternativa tecnológica, comunicar sobre clima sem depender exclusivamente dos algoritmos significa reafirmar a autonomia dos territórios na produção e circulação de suas próprias narrativas.

4.4

CULTURA ORGANIZACIONAL NAS MÍDIAS LOCAIS

QUEM FACILITOU A CONVERSA

**MEDIAÇÃO****CINTIA GOMES**

Agência Mural (SP)

A construção e a sustentabilidade de veículos de jornalismo local dependem não apenas da produção de conteúdo, mas também da forma como as equipes se organizam, se relacionam e tomam decisões coletivas.

Porém, muitas dessas organizações nascem da atuação de comunicadores que precisam garantir a produção editorial ao mesmo tempo que lidam com a gestão financeira e de recursos humanos, áreas diferentes do jornalismo e que exigem atenção e cuidado constante.

Este capítulo aborda os desafios cotidianos de criar, coordenar e manter coletivos de jornalismo e comunicação popular. Parte das contribuições nascidas da oficina “Cultura organizacional e gestão de pessoas nas mídias locais”, conduzida por Cintia Gomes, da Agência Mural.

A gestão em veículos independentes é uma tarefa permanente, que exige dedicação, aprendizado contínuo e, sobretudo, sensibilidade. Diferentemente de grandes redações estruturadas, muitos coletivos surgem do engajamento comunitário e do compromisso político com determinados territórios. Isso faz com que as relações de trabalho frequentemente ultrapassem a dimensão estritamente profissional.

Nesse contexto, compreender o ambiente social e político em que o veículo está inserido torna-se parte fundamental da gestão. O sistema midiático brasileiro ainda é marcado por profundas desigualdades de raça, gênero e classe, que se refletem tanto na composição das redações quanto na definição das pautas.

Dados apresentados durante a oficina evidenciam essa desigualdade estrutural. Nas redações brasileiras, cerca de 70% dos jornalistas são homens brancos de até 40 anos. Quando se observam os cargos de liderança, a disparidade se aprofunda: apenas cerca de 5% dessas posições são ocupadas por pessoas negras.

Essa composição identitária influencia diretamente o conteúdo produzido pelos veículos. Quando as redações não refletem a diversidade da sociedade, temas relacionados a raça, gênero e periferias tendem a ser tratados de forma secundária ou estigmatizada.

Em muitos casos, ocorre uma hierarquização de pautas, em que determinadas histórias são consideradas menos relevantes ou enquadradas sob perspectivas externas aos territórios retratados.

Além disso, jornalistas negros, periféricos e, especialmente, mulheres enfrentam com frequência situações de discriminação, assédio e dificuldade de ascensão profissional. Essas experiências revelam que o debate sobre cultura organizacional não pode ser separado das discussões acerca de justiça racial e igualdade de gênero no campo do jornalismo.

Diante desse contexto, a gestão de coletivos de jornalismo local e periférico precisa ser pensada de forma diferente das estruturas tradicionais. Quando o jornalismo está orientado por um propósito social, especialmente em territórios historicamente marginalizados, as relações internas passam a exigir cuidado, confiança e solidariedade.

Isso significa reconhecer que as equipes são formadas por pessoas que carregam histórias, experiências e, muitas vezes, as marcas das desigualdades que o próprio jornalismo busca denunciar.

Criar um ambiente organizacional saudável implica construir espaços de escuta, acolhimento e apoio mútuo, nos quais as violências estruturais presentes na sociedade não se reproduzam dentro das redações.

A construção de vínculos de confiança pelas equipes é essencial para que o trabalho coletivo se sustente ao longo do tempo.

Foto: Igor Siqueira



RECOMENDAÇÕES

1

CONSTRUIR CULTURAS ORGANIZACIONAIS BASEADAS EM CUIDADO E CONFIANÇA

- A gestão exige ambientes de trabalho que valorizem o bem-estar coletivo.
- É preciso promover espaços regulares de escuta e diálogo entre as equipes.
- Estimular relações de confiança e colaboração no cotidiano da redação.
- Reconhecer que o cuidado com as pessoas é parte central da sustentabilidade do projeto.

2

ENFRENTAR DESIGUALDADES ESTRUTURAIS DENTRO DAS REDAÇÕES

- A diversidade nas equipes é fundamental para ampliar perspectivas editoriais.
- Incentivar a presença de mulheres, pessoas negras e profissionais periféricos em posições de liderança.
- Reconhecer e enfrentar práticas discriminatórias ou excludentes dentro das organizações.
- Desenvolver políticas internas que promovam equidade e inclusão.

3

RECONHECER O IMPACTO DA IDENTIDADE DAS EQUIPES NAS PAUTAS JORNALÍSTICAS

- Quem produz a notícia influencia diretamente a forma como as histórias são contadas.
- Refletir sobre como a composição da equipe afeta escolhas editoriais.
- Ampliar a diversidade de vozes na definição das pautas.

4

FORTALECER VÍNCULOS COLETIVOS NOS VEÍCULOS

- Nos coletivos de mídia local, as relações de trabalho frequentemente se conectam com vínculos comunitários.
- Incentivar práticas de cooperação e apoio entre integrantes da equipe.
- Valorizar processos de decisão compartilhada.

5

DESENVOLVER MODELOS DE GESTÃO ALINHADOS AO PROPÓSITO SOCIAL DO JORNALISMO

- Veículos comunitários não são apenas empresas de mídia, mas iniciativas de impacto social.
- Integrar valores como justiça social, diversidade e inclusão às práticas de gestão.
- Fortalecer a missão coletiva como elemento estruturante da cultura organizacional.

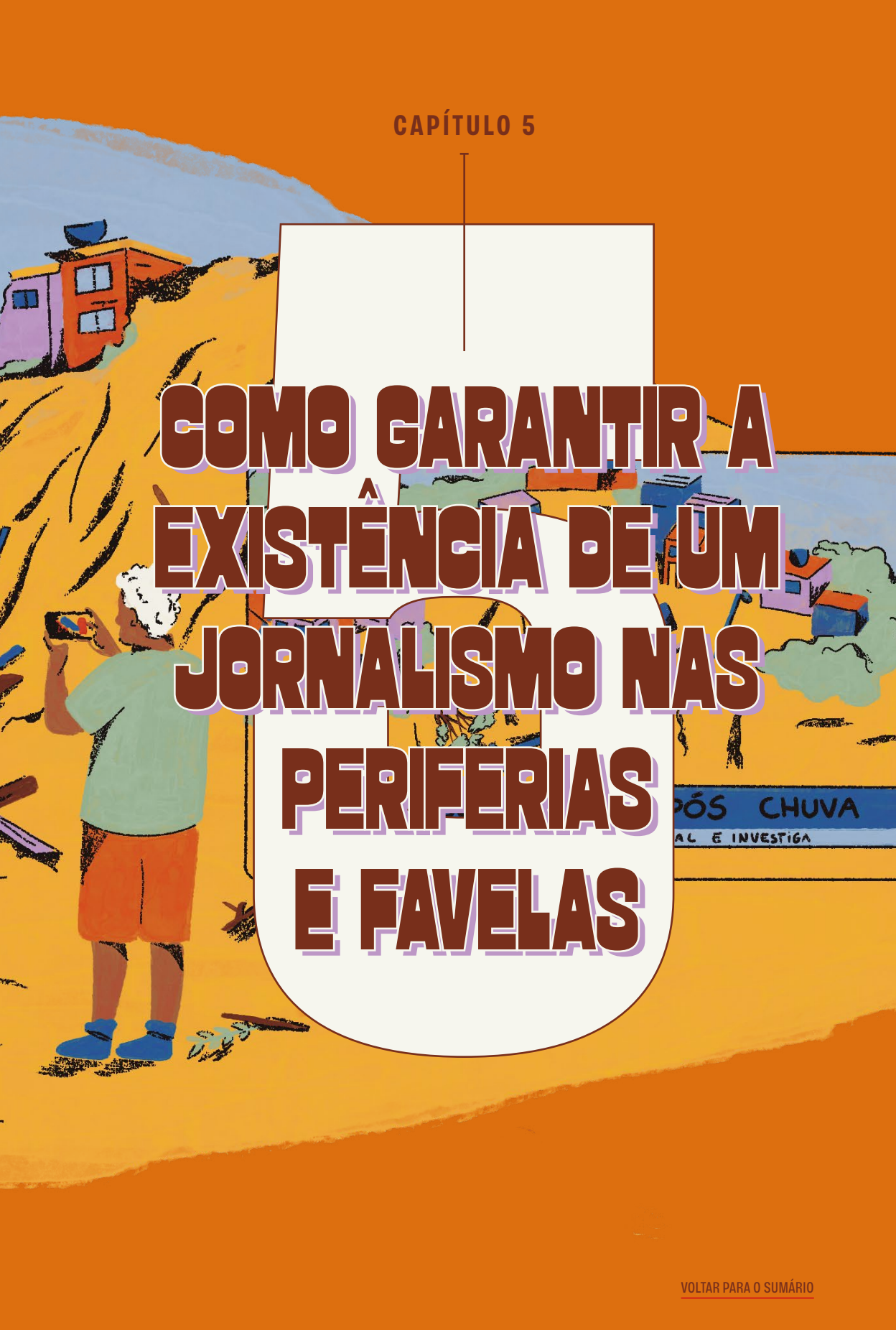
Considerações finais

A oficina evidenciou que discutir cultura organizacional em mídias locais é também discutir quem tem direito de produzir informação e ocupar espaços de poder no jornalismo.

Em um cenário marcado por desigualdades históricas, coletivos e veículos periféricos têm desempenhado um papel fundamental ao criar ambientes de trabalho mais diversos e comprometidos com a transformação social. No entanto, esse processo exige reflexão constante sobre as relações internas, as formas de liderança e os valores que orientam o trabalho coletivo.

Cuidado, pertencimento e compromisso com o território são elementos centrais nessas organizações. Fortalecer essas dimensões é essencial para garantir que o jornalismo local continue sendo uma ferramenta de representatividade, justiça e transformação. ●





COMO GARANTIR A EXISTÊNCIA DE UM JORNALISMO NAS PERIFERIAS E FAVELAS

5.1

COMO TRAZER RECURSOS DA FILANTROPIA PARA O JORNALISMO LOCAL

QUEM PARTICIPOU DA CONVERSA

MEDIAÇÃO



MONIQUE SILVA
Fala Roça

MEDIAÇÃO



ANDERSON MENESES
Agência Mural



FABIANA SOUSA
Fundação Itaú



LUIZ GUSTAVO CARLOS
Fundação Konrad
Adenauer



DAIENE MENDES
Fundo de Apoio
ao Jornalismo



RAÍSA CETRA
(Artigo 19)

Um desafio permanente para quem tem a missão de fazer o jornalismo local de que tratamos até aqui é a sustentabilidade financeira. Em muitos casos, esses projetos nascem de forma autônoma, movidos por propósito e compromisso com o território, mas enfrentam dificuldades estruturais para acessar recursos que permitam consolidar as atividades no longo prazo.

Para abordar esse tema, *3ª Conferência de Jornalismo de Favelas e Periferias* debateu os caminhos possíveis para que iniciativas de jornalismo, especialmente aquelas situadas em favelas, periferias e territórios historicamente marginalizados, consigam acessar a filantropia.

O debate foi mediado por Monique Silva (Fala Roça) e Anderson Meneses (Agência Mural), com a participação de Fabiana Sousa, da Fundação Itaú, Luiz Gustavo Carlos, da Fundação Konrad Adenauer, Daiene Mendes, do Fundo de Apoio ao Jornalismo, e Raísa Cetra, da Artigo 19.

A discussão partiu do reconhecimento de que o campo filantrópico ainda é marcado por desigualdades profundas. Historicamente, os recursos têm sido concentrados em organizações maiores, institucionalizadas e frequentemente localizadas no eixo Rio-São Paulo, muitas vezes compostas majoritariamente de equipes brancas e com maior acesso a redes internacionais de financiamento.

Nesse contexto, as reflexões apontaram que acessar a filantropia não depende apenas do envio de projetos a editais. Trata-se, sobretudo, de construir relações de confiança ao longo do tempo, fortalecer a estrutura mínima das organizações e desenvolver narrativas capazes de conectar o trabalho do jornalismo local a agendas amplas valorizadas pelo campo filantrópico. Entre elas estão **democracia, justiça climática, direitos humanos e combate à desinformação**.

Outro ponto importante é a transformação recente no cenário internacional de financiamento. A chamada “crise da filantropia” tem levado à redução ou ao redirecionamento de recursos de algumas fundações internacionais, o que torna ainda mais urgente a diversificação das fontes de receita para iniciativas de mídia independente.

Nesse cenário, fortalecer redes entre veículos periféricos, compartilhar aprendizados e ampliar a capacidade coletiva de incidência política são estratégias fundamentais.

Embora a filantropia tenha desempenhado papel relevante no apoio a iniciativas de comunicação, ela não pode ser vista como a única solução para a sustentabilidade do setor. O reconhecimento do jornalismo local como um bem público essencial para a democracia demanda o desenvolvimento de políticas públicas e mecanismos institucionais de apoio e financiamento.

Com base nessas reflexões, o debate apontou recomendações práticas para iniciativas que buscam fortalecer sua relação com o campo filantrópico e ampliar suas possibilidades de financiamento.

RECOMENDAÇÕES

1

TER UMA ESTRUTURA INSTITUCIONAL MÍNIMA

- Ter CNPJ regularizado, contabilidade organizada e estatuto atualizado.
- Manter planejamento anual de atividades.
- Produzir relatórios simples que registrem ações e resultados do veículo.

2

CONSTRUÇÃO DE RELACIONAMENTO COM A FILANTROPIA

- Participar de eventos, encontros e conferências do campo filantrópico.
- Manter lista de contatos atualizada com possíveis financiadores.
- Enviar *newsletters* e atualizações periódicas sobre o trabalho realizado.
- Utilizar redes profissionais, como LinkedIn, para apresentar projetos e iniciativas.
- Priorizar mensagens personalizadas em vez de *e-mails* genéricos.

3

FORTALECIMENTO DAS NARRATIVAS DE IMPACTO

- Explicitar qual problema o veículo busca enfrentar.
- Indicar para quais comunidades o trabalho é direcionado.
- Apresentar resultados e transformações geradas pelas iniciativas.
- Conectar a atuação do jornalismo local a agendas amplas, como democracia, justiça climática, direitos humanos e combate à desinformação.

4

CONSTRUÇÃO DE ALIANÇAS ENTRE VEÍCULOS PERIFÉRICOS

- Formar redes e coalizões entre iniciativas de mídia local.
- Desenvolver projetos colaborativos para ampliar alcance e impacto.
- Compartilhar experiências, aprendizados e estratégias de sustentabilidade.

5

DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO

- Desenvolver campanhas de microdoações e contribuições recorrentes.
- Oferecer prestação de serviços e formações.
- Estabelecer parcerias com universidades e organizações da sociedade civil.
- Buscar convênios e outras formas institucionais de financiamento.
- Buscar caminhos para evitar a dependência exclusiva de recursos da filantropia internacional.

6

ORGANIZAÇÃO DE MATERIAIS INSTITUCIONAIS

- Manter portfólio atualizado com reportagens e projetos realizados.
- Produzir *press kit* e apresentação institucional do veículo.
- Elaborar relatórios de impacto e síntese das atividades desenvolvidas.

7

ESTRATÉGIAS PRÁTICAS PARA ACESSAR RECURSOS

- Participar de editais menores para construir histórico de execução.
- Mapear doadores alinhados a temas como comunicação comunitária, justiça racial, clima e democracia.
- Acompanhar programas específicos de apoio ao jornalismo independente.
- Manter documentação e materiais institucionais prontos antes da abertura de editais.

Considerações finais

O acesso à filantropia por iniciativas de jornalismo local e periférico depende não apenas de capacidade técnica para elaboração de projetos, mas também da construção de redes, da consolidação institucional e da capacidade de comunicar o valor público do trabalho realizado.

Ao mesmo tempo, o debate reforçou que a sustentabilidade do jornalismo independente não pode ser tratada somente como responsabilidade das próprias iniciativas. A existência de veículos comprometidos com a cobertura dos territórios, com a ampliação de vozes e com a defesa de direitos é parte fundamental do funcionamento democrático da sociedade.

Fortalecer esse campo exige uma combinação de estratégias: ampliar o acesso à filantropia, desenvolver modelos diversos de financiamento e construir políticas públicas capazes de reconhecer e apoiar o papel social do jornalismo local.

Foto: Igor Siqueira



Foto: Igor Siqueira



O reconhecimento do jornalismo local como um bem público essencial para a democracia demanda o desenvolvimento de políticas públicas e mecanismos institucionais de apoio e financiamento.

Foto: Igor Siqueira



5.2

O PAPEL DO JORNALISMO LOCAL NA PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

QUEM PARTICIPOU DA CONVERSA

MEDIAÇÃO



PAULO TALARICO
Agência Mural
(SP)



IEVA LAZAREVICIUTE
Pnud no Brasil



ARTUR ROMEU
Repórteres Sem
Fronteiras

Discutir o jornalismo realizado em periferias, favelas, florestas e outras regiões historicamente marginalizadas é discutir também o acesso a direitos e o fortalecimento da democracia. Ao abordar os desafios para o financiamento dessa atividade, é preciso reconhecer que a cidadania depende da atuação desses comunicadores, fundamentais em diferentes partes do Brasil.

Um primeiro ponto abordado foi a necessidade de reconhecer o jornalismo local como uma infraestrutura democrática. Assim como educação, cultura e acesso à informação, a existência de veículos territoriais fortes contribui para a participação social e para a garantia de direitos.

Outra questão fundamental é a capacidade do jornalismo local de fortalecer o diálogo social. Em um cenário marcado por bolhas digitais e pela circulação acelerada de desinformação, diversas iniciativas têm conseguido construir redes de confiança.

Nesse sentido, trata-se de um jornalismo de proximidade que vai muito além da cobertura informativa. Ele funciona como uma ponte entre comunidades, instituições e políticas públicas. A proximidade com a audiência permite que a informação circule de maneira mais direta, muitas vezes ultrapassando as barreiras impostas pelos algoritmos e pelas plataformas.

Essa relação de confiança também ajuda a combater a desinformação. Quando a informação é produzida por pessoas que fazem parte do território, ela tende a dialogar com a realidade concreta das comunidades e a responder às dúvidas e aos conflitos que surgem no cotidiano.

Também ajuda a organizar o debate público em torno de questões concretas que afetam a vida das pessoas: moradia, memória, educação, mobilidade, acesso a serviços e preservação ambiental.

Ao registrar essas pautas e dar visibilidade às demandas dos moradores, os veículos territoriais contribuem para que esses temas entrem na agenda pública e sejam considerados nas decisões políticas.

Ao mesmo tempo, o jornalismo local ainda enfrenta desafios estruturais importantes. Muitos veículos atuam com recursos limitados e dependem de editais ou apoios pontuais para manter suas atividades. A ausência de políticas públicas voltadas para o fortalecimento do jornalismo comunitário e hiperlocal dificulta a consolidação dessas iniciativas.

A proximidade com a audiência permite que a informação circule de maneira mais direta, muitas vezes ultrapassando as barreiras impostas pelos algoritmos e pelas plataformas

RECOMENDAÇÕES

1

FORTALECER A SUSTENTABILIDADE DO JORNALISMO LOCAL

- Ampliar o debate sobre políticas públicas de apoio ao jornalismo comunitário e hiperlocal.
- Reconhecer o jornalismo periférico como trabalho profissional essencial para a democracia.

2

COMBATER A DESINFORMAÇÃO POR MEIO DE REDES DE CONFIANÇA

- Fortalecer vínculos entre veículos locais, lideranças comunitárias e organizações do território.
- Desenvolver estratégias de circulação de informação baseadas na confiança e na proximidade.
- Reconstruir a credibilidade da informação por meio de relações diretas com a audiência.

3

PRODUZIR INFORMAÇÃO QUE CONTRIBUA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

- Utilizar dados e pesquisas de campo para qualificar a cobertura jornalística.
- Transformar reportagens em insumos para o debate público e a formulação de políticas.
- Evidenciar como temas locais estão conectados a agendas mais amplas de direitos humanos e desenvolvimento.

4

INCENTIVAR A INOVAÇÃO NO JORNALISMO TERRITORIAL

- Desenvolver metodologias que integrem ferramentas digitais e práticas sociais dos territórios.
- Experimentar formatos participativos de produção jornalística.
- Criar modelos de atuação que combinem tecnologia, escuta comunitária e produção de conhecimento local.



Foto: Igor Siqueira

Considerações finais

O jornalismo local desempenha um papel fundamental na construção de sociedades mais informadas e participativas. Ao fortalecer redes de confiança, ampliar o acesso à informação e promover o diálogo entre diferentes atores sociais, ele contribui diretamente para a defesa da democracia.

Diante de um cenário de fragmentação informacional e avanço da desinformação, apoiar e fortalecer iniciativas de jornalismo territorial não é apenas uma questão de comunicação. É também uma estratégia para garantir direitos e fortalecer a vida democrática.

5.3

COMO LIDAR COM TEMAS SENSÍVEIS

QUEM PARTICIPOU DA CONVERSA

MEDIAÇÃO



RAÍSSA STAR
Retratos de
Favela (RS)



GABI COELHO
Jornalista investigativa
independente (MG)



GIZELE MARTINS
Frente Maré e Coalizão
de Mídias (RJ)



RAQUEL LEMOS
Site Coreto
(BA)

exercício do jornalismo local envolve riscos concretos para profissionais que investigam abusos, denunciam injustiças ou expõem estruturas de poder locais. A garantia dessa atuação passa também por garantir condições de segurança e de saúde mental aos profissionais que estão na linha de frente.

Essa foi a reflexão de uma roda com mulheres jornalistas com experiência na cobertura de violações de direitos, que atuam tanto de forma independente quanto à frente de veículos e coletivos de comunicação.

Um dos primeiros pontos é que, mesmo quando o jornalismo cobre acontecimentos em diferentes regiões, o território permanece como elemento central da narrativa. Toda fonte fala a partir de um lugar geográfico, social e político, e essa dimensão influencia tanto a produção da reportagem quanto suas consequências.

Quando jornalistas vivem na mesma região que cobrem, essa relação se torna ainda mais intensa. O trabalho deixa de ser apenas uma atividade profissional e passa a dialogar diretamente com as memórias, as histórias e os e vínculos pessoais de quem produz a reportagem.

Investigar violações de direitos em bairros, cidades pequenas ou comunidades onde as relações de poder são próximas pode gerar tensões



Foto: Igor Siqueira

adicionais, já que as fronteiras entre vida pessoal e trabalho se tornam mais permeáveis.

Nesse contexto, é fundamental reforçar o propósito que orienta o jornalismo territorial. Em muitos casos, veículos comunitários e periféricos desempenham um papel fundamental na garantia de direitos básicos, ao dar visibilidade a situações que dificilmente ganhariam espaço na mídia tradicional.

Por essa razão, também foi destacada a necessidade de fortalecer a relação entre veículos e comunidades, desenvolvendo audiências engajadas e promovendo processos de formação sobre como lidar com a mídia.

Em muitos casos, isso significa ajudar moradores e lideranças a compreender como se relacionar com jornalistas, proteger suas informações e garantir que suas vozes sejam representadas de maneira justa.

Ao longo da conversa, ficou evidente que a cobertura de violações de direitos, especialmente quando envolve investigação e denúncia, pode transformar o jornalismo em uma atividade de risco.

Diante dessa realidade, as participantes compartilharam estratégias práticas para lidar com esses desafios, destacando a importância da proteção coletiva e da construção de redes de apoio.

RECOMENDAÇÕES

1

FORTALECER REDES DE APOIO ENTRE JORNALISTAS

- A construção de redes de solidariedade e cooperação é fundamental para enfrentar situações de risco.
- Estabelecer canais permanentes de troca entre profissionais que atuam em contextos semelhantes.
- Criar mecanismos de apoio mútuo para situações de pressão, ameaça ou sobrecarga emocional.
- Compartilhar experiências e protocolos de segurança entre coletivos e veículos independentes.

2

ADOTAR ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO AUTORAL

- Em determinados contextos, proteger a identidade de quem produz uma reportagem pode ser uma medida necessária.
- Avaliar quando uma matéria deve ser assinada coletivamente pelo veículo ou organização.
- Considerar a possibilidade de que outras pessoas assinem determinados conteúdos para reduzir riscos individuais.
- Desenvolver políticas editoriais claras sobre autoria e proteção da equipe.

3

GARANTIR A PROTEÇÃO E A ORIENTAÇÃO DAS FONTES

- A segurança das fontes deve ser uma prioridade em reportagens que abordam violações de direitos.
- Orientar fontes sobre possíveis riscos envolvidos na exposição pública de suas histórias.
- Adotar práticas rigorosas de proteção de identidade quando necessário.
- Estabelecer relações de confiança baseadas em transparência e cuidado.

4

FORTALECER O VÍNCULO COM O TERRITÓRIO

- A proximidade com a comunidade pode ser um elemento de proteção e legitimidade.
- Promover ações comunitárias que aproximem jornalistas e moradores.
- Mapear coletivamente temas sensíveis e estratégias de abordagem.
- Desenvolver práticas de escuta contínua das comunidades.

5

INTEGRAR SEGURANÇA E SUSTENTABILIDADE NO PLANEJAMENTO DOS VEÍCULOS

- A discussão sobre sustentabilidade do jornalismo independente deve incluir a segurança e o bem-estar das equipes.
- Prever recursos para proteção física, digital e jurídica de jornalistas.
- Incorporar estratégias de cuidado com a saúde mental nas rotinas de trabalho.
- Reconhecer que a cobertura de violações de direitos exige suporte institucional e coletivo.

Considerações finais

O jornalismo comprometido com a denúncia de violações de direitos não pode ser pensado apenas como uma atividade técnica. Ele envolve escolhas éticas, vínculos territoriais e responsabilidades sociais profundas.

Quando jornalistas investigam injustiças em seus próprios territórios, o trabalho conecta-se diretamente às suas trajetórias pessoais, memórias e relações comunitárias. Essa proximidade pode ampliar o impacto das reportagens, mas também aumenta os desafios de segurança e proteção.

Por isso, fortalecer redes de apoio, adotar protocolos de segurança e reconhecer a importância do cuidado emocional são passos essenciais para garantir que o jornalismo continue cumprindo seu papel na defesa de direitos.

5.4

LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO JORNALISMO LOCAL

QUEM FACILITOU A CONVERSA



FACILITAÇÃO

CAÊ VATIERO
(ARTIGO 19)

A discussão a respeito de saúde mental e da falta de segurança para a atuação dos comunicadores existe, em especial, porque o Brasil não conseguiu garantir o pleno direito à liberdade de expressão. Em contextos como favelas, periferias e cidades pequenas, onde as relações de poder, a proximidade e a vulnerabilidade muitas vezes se cruzam no cotidiano, esse cenário se agrava ainda mais.

Este capítulo parte de uma oficina realizada por Caê Vatiero, da Artigo 19, uma organização de defesa e promoção dos direitos à liberdade de expressão e de acesso à informação.

A liberdade de expressão não é apenas um conceito jurídico ou abstrato. Para quem atua no jornalismo local, ela se manifesta em situações concretas: na possibilidade de denunciar violações de direitos, expor injustiças, dar visibilidade a problemas estruturais e garantir que vozes historicamente silenciadas possam circular no debate público.

Ao mesmo tempo, a oficina evidenciou os limites e desafios que atravessam esse direito. Em muitos territórios, jornalistas e comunicadores convivem com pressões diretas ou indiretas que podem levar à autocensura, ao silenciamento ou à exposição a diferentes tipos de risco.

A liberdade de expressão, nesse sentido, depende também de condições reais de proteção para que possa ser exercida de forma plena.

Outro ponto importante discutido foi o próprio significado de liberdade de expressão no contexto atual. Nos últimos anos, o conceito tem sido frequentemente apropriado e distorcido por discursos políticos que o utilizam para justificar práticas de desinformação ou ataques a direitos fundamentais.

Assim, existe a necessidade de disputar novamente esse conceito, reafirmando seu sentido original como um direito fundamental ligado à democracia, à dignidade humana e à possibilidade de existência em espaços livres e emancipados.

A formação continuada apareceu como um caminho importante nesse processo. Ampliar o debate sobre liberdade de expressão entre jornalistas e comunicadores populares pode fortalecer a compreensão desse direito, oferecendo ferramentas para lidar com situações de risco, mitigar danos e fortalecer redes de apoio entre profissionais que atuam em contextos semelhantes.

Também foi destacado que a proteção da liberdade de expressão não pode ser pensada apenas de forma individual. Ela precisa ser construída coletivamente, por meio de redes que apoiem comunicadores diante de ameaças, pressões políticas, assédios judiciais ou tentativas de censura.

Foto: Igor Siqueira



RECOMENDAÇÕES

1

REAFIRMAR O SENTIDO DEMOCRÁTICO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Disputar o conceito de liberdade de expressão diante de narrativas que buscam distorcê-lo ou instrumentalizá-lo.
- Reafirmar esse direito como condição fundamental para a democracia e para a garantia de outros direitos.
- Defender a liberdade de expressão como parte do direito das comunidades de existir, narrar e participar do debate público.

2

INVESTIR EM FORMAÇÃO CONTINUADA PARA COMUNICADORES

- Promover espaços de formação sobre liberdade de expressão e direitos comunicacionais.
- Oferecer ferramentas que ajudem jornalistas a lidar com situações de risco ou pressão.
- Fortalecer o conhecimento coletivo para reduzir inseguranças e ampliar a capacidade de atuação.

3

COMBATER PERMANENTEMENTE A CENSURA

- Denunciar práticas de censura e tentativas de silenciamento no campo da comunicação.
- Proteger e amplificar vozes que denunciam violações de direitos em seus territórios.
- Reforçar a liberdade de expressão como direito coletivo, e não apenas individual.

4

CRIAR REDES DE PROTEÇÃO PARA COMUNICADORES

- Desenvolver mecanismos coletivos de apoio entre jornalistas e comunicadores populares.
- Compartilhar estratégias de proteção diante de ameaças, pressões políticas e assédios judiciais.
- Evitar que situações de risco levem ao silenciamento ou à autocensura.

5

PROMOVER PROTEÇÃO INTEGRAL PARA QUEM COMUNICA

- Construir estratégias de proteção antes, durante e depois da publicação de conteúdos sensíveis.
- Considerar dimensões diversas da segurança: física, jurídica, psicossocial, política, econômica e digital.
- Garantir que comunicadores e suas organizações tenham suporte diante de possíveis ataques.

6

CONSIDERAR DESIGUALDADES ESTRUTURAIS NOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO

- Reconhecer que riscos e vulnerabilidades variam de acordo com fatores como classe social, raça, gênero, território e identidade.
- Desenvolver mecanismos de proteção que levem em conta essas desigualdades.
- Garantir que políticas e estratégias de proteção contemplem a diversidade de sujeitos que atuam no jornalismo local.

Considerações finais

A liberdade de expressão é uma condição fundamental para o exercício do jornalismo, mas também um direito que precisa ser permanentemente defendido e protegido. Para quem atua em territórios marcados por desigualdades e disputas de poder, esse direito muitas vezes exige coragem, organização coletiva e estratégias de proteção.

Fortalecer redes de apoio, ampliar a formação sobre direitos e criar mecanismos de proteção para comunicadores são passos essenciais para garantir que o jornalismo local continue exercendo seu papel de denunciar injustiças, ampliar vozes e fortalecer a democracia. ●



A stylized illustration featuring a person with dark skin and a yellow headband, wearing a purple long-sleeved shirt, sitting at a large orange desk. On the desk is a yellow desk lamp and a small digital clock showing '11:00'. The person is looking at a laptop. In the background, there are colorful, blocky buildings in shades of purple, orange, and blue. A black camera on a tripod is positioned above the person. A large, white, rounded rectangular speech bubble with a thin red border is centered in the foreground, containing the chapter title. The entire scene is set against a light green background.

CAPÍTULO 6

2030: O FUTURO QUE A GENTE SONHA JUNTO

Há encontros que resistem ao fim. O nosso foi um deles. Na véspera, as luzes da biblioteca quase precisaram ser apagadas para que os participantes fossem para casa. No dia seguinte, quando chegou a hora do encerramento, ninguém tinha pressa de verdade. O que se vivia ali, na Biblioteca Parque da Rocinha, era raro demais para ser abreviado sem cerimônia.

Foi nesse espírito de quem não quer largar a mão do outro que propusemos a dinâmica final. Papel em branco, caneta na mão e uma única pergunta lançada ao ar: “Como você imagina o futuro do seu jornalismo, do jornalismo do seu território, em 2030?”.

Cinco minutos de silêncio e pensamento. Palavras, frases, desenhos. E então, região por região, as pessoas subiram ao palco para dizer em voz alta o que tinham escrito no papel e o que carregavam há no peito havia muito tempo.

As vozes do Norte: jornalismo vivo, feito por quem vive

O Norte subiu primeiro. Veio do Pará, do Amapá, do Amazonas, do Acre: territórios que carregam a floresta e a invisibilidade como herança imposta.

Elize Mayara, do Coletivo Jovem Tapajônico, colocou em palavras uma das

demandas mais recorrentes da conferência inteira: que o trabalho de comunicadores populares seja reconhecido como profissão, “amparado por leis e investimentos”, e que a imagem do comunicador como voluntário seja definitivamente aposentada.

Junto com isso, um desejo nascido do próprio encontro: que as mídias do Norte, da floresta, das periferias aprendam a se olhar com mais carinho e a trabalhar mais em conjunto. “O que a gente vive lá é a mesma coisa que vocês vivem aqui.”

Ugo Farias, do Coletivo Utopia Negra Amapaense, veio do Amapá com um sonho escrito em dois parágrafos: ver sua organização transformada em uma grande agência de comunicação territorial periférica, capaz de dar oportunidade a jovens para escrever, ilustrar, gravar, montar vídeos e brilhar. “Nos chamamos Utopia, mas somos realidade, força e resistência. Comunicação, antes de informação, é denúncia, luta e coletividade.”

Madalena Vieira atua na Abaré Escola de Jornalismo, de Manaus (AM), e imaginou organizações sustentáveis, territórios protegidos,

“Organizações com sede própria, com estúdio de rádio, TV e redação”



** Organizações com sede própria, com estúdio de rádio, TV e redação.*

“Que as iniciativas de jornalismo periférico e comunitário possam atuar em rede, onde todas as regiões do Brasil realizem trocas e façam trabalhos em conjunto.”



** Que as iniciativas de jornalismo periférico e comunitário possam atuar em rede, onde todas as regiões do Brasil realizem trocas e façam trabalhos em conjunto*

*Que no futuro nosso jornalismo seja reconhecido como profissão, amparado por leis e investimentos, e que a nossa imagem como comunicador nunca mais seja vista como papel voluntário.



“Que no futuro nosso jornalismo seja reconhecido como profissão, amparado por leis e investimentos, e que a nossa imagem como comunicador nunca mais seja vista como papel voluntário.”

cionais. “Um jornalismo vivo, feito por quem vive.”

Alexandre Cruz-Noronha, do *Jornal Varadouro*, do Acre, foi preciso: um jornalismo fortalecido em todos os aspectos, “principalmente a partir da integração – pela nossa integração pelo Brasil todo”.

As vozes do Nordeste: política pública, aquilombamento e o sonho de uma redação viva

O Nordeste subiu ao palco com a energia de quem tem pressa de transformar. Da Bahia, de Pernambuco, de Sergipe.

Cristian Góes, da Mangue Jornalismo, de Aracaju (SE), abriu com uma declaração de princípios: imaginou um jornalismo “objeto de política pública permanente que entende a comunicação como um direito humano essencial, produzido pelo próprio público”. Defensor, disse, “inegociável da vida plena para todas, todos e todes”.

Gilberto Luiz, do Sargento Perifa, de Recife (PE), quer ver organizações mais estruturadas, com financiamento institucional, falando mais sobre clima, raça e gênero. Com equipe dedicada, sem ter que dividir a vida entre dois ou três empregos, e com sede própria: estúdio de rádio, TV, redação e tudo mais.

Também da capital pernambucana falou Lenne Ferreira, da Afoitas. Ela citou um desejo que vai na contramão da aceleração digital: “Menos

conexão digital e mais conexão real. Redações vivas e criativas nos territórios”.

Defendeu a cultura como ferramenta de

+ A CONFERÊNCIA EM BRASÍLIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS OCUPANDO ESPAÇO



“A conferência em Brasília na Câmara dos Deputados ocupando espaço.”

informação e a sustentabilidade afrocentrada como caminho para a independência. “O aquilombamento provoca muito poder nos nossos territórios”, disse. “E eu acho que o capitalismo mina um pouco do que a gente tem enquanto potência criativa e preta nas favelas.”

Larissa Pontes, do Instituto Eficientes, trouxe a perspectiva da acessibilidade, área em que os dados ainda sangram: hoje, apenas 2,9% dos sites são acessíveis, num país com 14 milhões de pessoas com deficiência.

Em 2030, ela quer ver comunicadores com deficiência “presentes dentro das organizações, produzindo e fazendo parte delas como repórteres, editores, consultores e lideranças”. Sua frase de encerramento foi um chamado: “Vamos revolucionar a comunicação”.

Raquel Lemos, do Site Coreto, de Poções (BA), sonhou alto: que o jornalismo de periferia seja “política pública e referência internacional reconhecida”, com veículos que tenham espaço físico capaz de acolher as comunidades, “com orçamento anual milionário”.

— Vai ser grandioso!

↑
“Vai ser
grandioso!”

Brenda Gomes, do Entre Becos, de Salvador (BA), pediu “a radicalidade de sonhar”. Imaginou um jornalismo em que a pauta do dia sejam as histórias dos territórios,

em que os rostos periféricos estejam em todas as editorias, “na saúde, no esporte, na educação, e não somente na segurança pública”. E em que os comunicadores possam viver financeiramente do seu trabalho, sem “ficar contando moeda”.

Já Jefferson Borges, do Nordeste Eu Sou, também de Salvador, quer ver uma grande rede de TV com concessão pública nas mãos das periferias, bolsas financiadas pelo Estado para jovens negros e periféricos e, num gesto simbólico poderoso, que a próxima edição da conferência aconteça em Brasília (DF), na Câmara dos Deputados. “Que a gente possa ocupar o espaço que é nosso, que é a Casa do Povo.”

As vozes do Sudeste: a região mais rica, mas não essa

Quando chegou a vez do Sudeste, o palco ficou pequeno. Uma caravana parecia ter se encontrado ali. E a primeira coisa que ficou nítida foi o aviso de Thais Siqueira, do Desenrola e Não me Enrola: “Esse Sudeste é um Sudeste negro, nordestino, favelado”.

Alana Nascimento, do Voz das Comunidades, do Complexo do Alemão (RJ), quer mais pessoas negras à frente da comunicação, uma escola de comunicação no complexo e que conferências como esta ajudem a construir “um manual de comunicação comunitária distribuído a nível Brasil”.

Do Jardim Catarina, em São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, veio o sonho de um jornalismo incidente, com corresponden-

Foto: Igor Siqueira



tes em cada sub-região, formados pelo próprio jornalismo comunitário. E que consiga pautar a agenda pública com os territórios de favela como parte legítima da cidade.

Gisele Alexandre, do Manda Notícias, de São Paulo (SP), foi direto ao ponto: que a articulação em rede resulte em uma política pública nacional que “obrigue os estados a fazer leis para nos proteger”, porque, como ela alertou, não adianta estar na instância nacional se não chegar nos estados. Uma política que gere repasse financeiro real.

Anísio Borba, da Frente Maré, no Rio, também desejou um canal de televisão próprio, rádio comunitária, operadora de telefonia e internet. “Sonho”, reconheceu. Mas sonhou em voz alta, que é como os sonhos ganham peso.

Nathalia Silva, do Fala Roça, quer veículos mais fortalecidos, mais seguros em seus territórios e mais valorizados na sua criatividade e intelectualidade: “Que tudo aquilo que a gente constrói seja valorizado nos espaços de decisão também”.

Fernanda Calé, da Agência Lume, de Rio das Pedras, no Rio, tocou num ponto que muita gente sente, mas nem sempre diz: que chegue o dia em que os vizinhos que falam “Ela é tão talentosa, podia estar na Globo” reconheçam que o que se faz é trabalho. É jornalismo.

De Vitória (ES), Geisiane Teixeira, do Calango Notícias, fez um pedido con-

creto e urgente: uma lei estadual e municipal de incentivo à produção de conteúdo de comunicação comunitária, porque o Espírito Santo é “voluntariamente de direita”, como ela disse sem rodeios, “mas não custa sonhar. E lutar”.

Isabelle Trindade, da Rede de Comunicação e Cultura nas Favelas, falou da Rocinha, o território que sediou a Conferência, com a voz de quem vive lá: que o jornalismo local tenha cada vez mais credibilidade, que não seja mais visto como trabalho amador, que abra portas “e dê fala a quem não tem e a quem tem, mas não consegue ser ouvido”.

Aline Rodrigues, do Periferia em Movimento, de São Paulo, encerrou a fala do Sudeste com força de profecia: “Em 2030, nós celebraremos a conquista de uma política pública de financiamento dos nossos veículos, construída a partir de pesquisas feitas por nós, com base na escuta do nosso público. E que jornalistas de periferias e favelas sejam referência e sinônimo de jornalismo brasileiro”.

As vozes do Sul: sonhar junto para se tornar realidade

O Sul foi o último a subir e chegou com uma frase que pairou no ar como síntese de tudo: “Temos que sonhar juntos para que se torne realidade”.

Luiz Henrique, da TV da Bonja, de Porto Alegre (RS), imaginou a Associação Nacional de Jornalismo e Comunicadores Periféricos consolidada até 2030, com frente parlamentar discutindo as demandas do

- Salários que valorizem nosso
correr
Favela cheia de auto estima



“Salários que valorizem nosso correr. Favela cheia de auto estima.”

Foto: Igor Siqueira



setor. “Se o jornalismo e a comunicação comunitária se desenvolverem, os nossos territórios se desenvolvem consequentemente.”

Rafael Costa, do Voz das Comunidades, veio do Rio, mas com raízes em Viamão, ao lado de Porto Alegre, e falou de uma rede de jornalismo independente de grande integração, nacional e internacional, capaz de ampliar vozes com uma narrativa forte. “E que tenhamos muito dinheiro também para isso”, completou.

Raíssa Star, do Retrato de Favela, quer financiamento público, mais conferências com impacto no Sul e um jornal periférico de alcance nacional. “Onde as favelas do Sul, do Norte, do Nordeste estejam todas num veículo só, trabalhando junto em harmonia”. E, num gesto humano e necessário: “uma favela mais cheia de autoestima”.

Gabriele Oliveira, do *Desterro*, primeiro jornal periférico de Florianópolis (SC), encerrou com uma imagem que muita gente reconheceu: hoje há 16 pessoas na equipe, 14 delas voluntárias. “Não está dando muito certo”. Em 2030, ela quer dobrar a equipe, pagar as pessoas pelo trabalho que fazem, e criar formações de comunicação popular no território. E terminou com um desejo que é quase um manifesto: “Que eu possa fazer cada vez mais jornalismo comunitário e menos jornalismo investigativo. Que, quando eu for à comunidade, seja para fazer uma oficina, uma pauta, e não para denunciar a morte de um jovem.”

O que aprendemos com o outro

Antes de encerrar, convidamos os participantes para subirem ao palco para responder uma última pergunta: “O que você aprendeu com outro território durante a conferência?”.

Do Jardim Catarina veio o aprendizado sobre produzir dados do próprio território para brigar por políticas públicas e também sobre articulação e a potência de captar jovens para o jornalismo: “*O jovem já brilhou o olho, fala ‘Opa, você já tá dentro e nem sabe’*”.

E se a gente radicalmente ousar sonhar e construir um jornalismo onde a pauta do dia fossem as histórias dos nossos territórios. Onde os nossos rostos e histórias estivessem nas mais diversas editoriais, na saúde, esporte, educação... E não somente na segurança pública. Onde a Imprensa Tradicional não estigmatize nossos territórios. Onde a gente consiga viver do nosso trabalho financeiramente. Com recursos que possam dar sustentabilidade aos nossos veículos."



Lenne, da Afoitas, disse que não poderia ir embora sem falar sobre o que aprendeu com o Fala Roça e a Agência Mural: a organização do evento, o cuidado nos *e-mails*, a sensibilidade nos grupos, tudo foi referência. "Normalmente, os eventos pensados para a periferia não têm esse cuidado. É como se fosse: já tá pagando aeroporto, hotel, já vão comer de graça, qualquer coisa tá bom. Isso aqui foi diferente."

Luiz Henrique, de Porto Alegre, falou da sua avó, fundadora de um projeto no território onde cresceu, uma mulher preta de periferia que estudou até a 5ª série e fez o que fez. Em meio a tanto evento, a tanto espaço de "*networking*", foi ali, naqueles dois dias, que ele se sentiu mais ele mesmo. "Nada a ver com outros eventos onde a gente corre o mundo tentando fingir ser aquilo que não é. Aqui eu me senti Henrique, da [comunidade] Bom Jesus."

Demandas, sonhos e compromettimentos

Do papel em branco distribuído no encerramento, das falas que subiram ao palco e das conversas que aconteceram nos corredores emergem demandas que não são individuais. São coletivas, são estruturais, são urgentes.

Reconhecimento e profissionalização. Que o comunicador popular deixe de ser tratado como voluntário. Que o jornalismo periférico seja reconhecido como jornalismo e com as mesmas obrigações e os mesmos direitos direitos direitos do tradicional.

Política pública. Uma lei de incentivo à comunicação comunitária e ao jornalismo independente que incida nos municípios, nos estados e no âmbito federal, e que não dependa da vontade de um governo.

Financiamento real. Não esporádico, não condicionado, não submetido ao poder de quem tem dinheiro. Um fundo, um fomento, uma garantia institucional.

Resumo:

E se a gente radicalmente ousar sonhar e construir um jornalismo onde a pauta do dia fossem as histórias dos nossos territórios. Onde os nossos rostos e histórias estivessem nas mais diversas editoriais, na saúde, esporte, educação... e não somente na segurança pública.

Onde a imprensa tradicional não estigmatize nossos territórios.

Onde a gente consiga pensar viver do nosso trabalho financeiramente. Com recursos que possam dar sustentabilidade aos nossos veículos.

Equipes remuneradas. Acabar com o voluntariado estrutural que sustenta redações inteiras e consome a saúde de quem faz o trabalho.

Infraestrutura. Sedes próprias, estúdios, rádios comunitárias, equipamentos e os mesmos recursos que a grande mídia tem e dos quais o jornalismo periférico precisa para existir com dignidade.

Acessibilidade. Comunicação inclusiva como prática, não como exceção.

Proteção. Leis de proteção a jornalistas e comunicadores dos territórios.

Integração em rede. Uma associação nacional, conferências regionais, troca permanente de metodologias, estratégias e histórias entre os territórios do Brasil.

Presença nos espaços de poder. Na Câmara dos Deputados, nas agendas climáticas, nos laboratórios de pesquisa, nas políticas de comunicação.

Agenda 2030: o que a conferência entregou ao futuro

O que surgiu das conversas na *3ª Conferência de Jornalismo de Favelas e Periferias* também dialoga com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que reúne metas globais para enfrentar desafios como desigualdade, democracia e desenvolvimento sustentável.

As propostas que nasceram na Rocinha foram construídas de baixo para cima, por quem faz jornalismo todos os dias nas favelas e periferias, muitas vezes sem garantia de amanhã.

Os ODS apresentados abaixo representam essa convergência entre o que foi sonhado e as metas previstas para a Agenda 2030. ●





CAPÍTULO 7

A URGÊNCIA DO JORNALISMO DE TERRITÓRIO

*Os jornalismo locais das favelas
e periferias ouvem e falam!*

A 3ª Conferência de Jornalismo de Favelas e Periferias ocorreu em um momento oportuno, conectando a produção jornalística periférica às grandes discussões globais. As recomendações publicadas neste dossiê sobre justiça climática sob a perspectiva do jornalismo local das favelas e periferias são uma ação estratégica.

Ao antecipar os debates oficiais da COP30, a iniciativa funcionou como plataforma para assegurar que as demandas e perspectivas das favelas brasileiras não fossem novamente invisibilizadas nas discussões globais sobre a crise climática.

Essa articulação dialoga diretamente com iniciativas como a C40, a *Cúpula Mundial de Prefeitos 2025*, que buscou soluções urbanas para a crise climática. Realizada no Rio de Janeiro no mesmo período em que ocorreu a nossa conferência, a C40 debateu a situação das cidades, não só do Brasil, mas de todo o mundo, em relação à infraestrutura e à necessidade de financiamentos e investimentos em sustentabilidade. No entanto, em meio às discussões, para além da importância de políticas de incentivo aos jovens, a necessidade de “mutirões”, uma das poucas palavras ditas em português repetidas vezes, revelou quanto o chão da favela e das periferias tem a ensinar.

Em alinhamento com a Iniciativa Global para a Integridade da Informação sobre a Mudança do Clima, o dossiê da conferência reforça que a circulação de informação de qualidade é uma questão de sobrevivência e de cidadania, sendo o ecossistema de mídia das favelas e periferias um ecossistema que também é instrumento de fortalecimento da democracia e para que o Brasil atinja os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ODS/ONU).

No Brasil, onde o deserto de notícias atinge aproximadamente 20,6 milhões de pessoas, o jornalismo local das favelas e periferias surge como um agente essencial para fiscalizar políticas públicas e traduzir a crise climática em problemas reais, como insegurança alimentar, falta de saneamento e riscos de deslizamentos.

Neste cenário global, é fundamental reconhecer a urgência de fortalecer um ecossistema de mídia que desafia estereótipos e produz narrativas humanizadas. Falar de favela no contexto atual não deve se limitar a manchetes de violência, mas, sim, considerar uma realidade complexa de resistência e potência. Conforme destacado pelo Fala Roça, o jornalismo de território é uma forma de "reexistir"

Neste cenário global, é fundamental reconhecer a urgência de fortalecer um ecossistema de mídia que desafie estereótipos e produz narrativas humanizadas. Falar de favela no contexto atual não deve se limitar a manchetes de violência, mas, sim, considerar uma realidade complexa de resistência e potência. Conforme destacado pelo Fala Roça, o jornalismo de território é uma forma de “reexistir”.

Promover o intercâmbio de experiências fora do eixo tradicional Rio-São Paulo fortaleceu uma rede democrática em que os comunicadores e jornalistas são valorizados como aliados da transformação social. O resultado desse processo foi um compromisso político e prático: valorizar as mídias comunitárias e o jornalismo das favelas e periferias como agentes centrais na defesa da democracia e na construção de soluções climáticas. Não só para as favelas e periferias, mas também para todo e qualquer território que brote da terra.

Na Amazônia urbana, comunidades enfrentam fumaça e calor extremo. No Nordeste, a seca impacta a segurança alimentar. No Sudeste, as chuvas intensas atingem encostas e áreas de ocupação informal. No Sul, eventos climáticos extremos têm mostrado como a infraestrutura pública não está preparada para proteger os mais vulneráveis. Em todos esses contextos, comunicadores locais estão na linha de frente, muitas vezes sem recursos, sem proteção e sem financiamento estável.

Ao reunir jornalistas de quatro regiões do país, a conferência mostrou que os impactos variam, mas o padrão se repete: quem menos contribui para a crise climática é quem mais sofre suas consequências. Elaborar este dossiê buscou transformar essas experiências em recomendações objetivas: para o poder público, para fundações, para financiadores, para universidades e para a própria imprensa nacional.

É dizer, por exemplo, que políticas climáticas precisam considerar dados produzidos nos territórios. Que é fundamental garantir financiamento contínuo para mídias comunitárias. Que jornalistas periféricos precisam ser incluídos nos debates nacionais e internacionais sobre clima. Que combater o racismo ambiental deve ser o eixo central de qualquer estratégia climática. Que democratizar o acesso à informação é uma medida concreta de adaptação climática.

As soluções não vêm apenas dos grandes centros de poder. Elas vêm das populações que foram colocadas como “margem”. Das lajes que captam água da chuva. Das caixas-d’água que servem de criadouro de tilápias na Rocinha. Dos coletivos que monitoram enchentes. Das rádios que avisam sobre risco de deslizamento. Das mães que organizam mutirões. Dos jovens que transformam dados em denúncia.

O movimento da *Conferência de Jornalismo de Favelas e Periferias* reafirma que não pode haver justiça climática global sem a participação efetiva e a integridade informacional dos territórios que mais sofrem os impactos da desigualdade ambiental. ●

Em memória das famílias da chacina do Complexo da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, em 2025.



POSFÁCIO



Em memória do pranto e do luto das famílias da chacina no Complexo da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, em 2025.” A dedicatória deste dossiê condensa seu compromisso com o que há de mais urgente no Brasil.

O genocídio negro expressou-se de forma brutal naquele 28 de outubro, quando 117 civis, a maioria homens negros, foram assassinados primordialmente pelo Estado brasileiro. Interromper o genocídio em curso precisa ser um compromisso do jornalismo. Afinal, a defesa dos direitos humanos e o respeito à “Constituição” e ao código de ética dos jornalistas não são, ou não deveriam ser, opcionais.

A cada 12 minutos, uma pessoa negra é assassinada no Brasil, país sem pena de morte. Se a pena de morte existisse aqui, antes de qualquer execução legal haveria investigação, direito de defesa e julgamento.

As execuções sumárias que se repetem nos territórios são ilegais e seguem naturalizadas. Nomear a violência de Estado é condição do trabalho jornalístico. Se nem o direito à vida é garantido, os demais direitos seguem como abstrações ou retórica.

Evocar a memória dos assassinados pavimenta este dossiê e coloca o debate climático onde ele de fato se materializa. Justiça climática, aqui, é água dentro de casa, calor sob o zinco, comida mais cara, medo de deslizamento, ausência de saneamento, adoecimento e remoção. Exige enfrentar racismo, racismo ambiental e desigualdades informacionais. Reconhecer que a distribuição dos danos segue a mesma lógica que organiza a distribuição (ou a falta) de direitos.

Não há transição energética consistente onde parte da população nem sequer tem acesso regular a energia. Não há cidade resiliente quando moradias em áreas de risco são tratadas como dado natural. Não há sustentabilidade sem enfrentamento das desigualdades que estruturam o território. E não há cobertura ambiental de qualidade quando agendas são definidas à distância, por critérios que ignoram a vida concreta.

Este dossiê reúne propostas formuladas por quem vive, conta e analisa a realidade a partir dos territórios. É síntese política de um campo que se organiza nacionalmente e documento que devolve ao debate público caminhos concretos para fortalecer o jornalismo territorial, democratizar o acesso a recursos e reconhecer mídias periféricas como agentes centrais na defesa da democracia.

Ele parte da premissa de que quem vive o problema é capaz de formular soluções. Quando coletivos constroem conselhos comunitários, a comunidade deixa de ser objeto e torna-se sujeito. Quando produzem censos próprios, criam dados onde o Estado falhou. Quando a reportagem se desdobra em cartilhas, rodas de conversa, campanhas locais ou ações em escolas, o jornalismo passa a amplificar respostas, em vez de ser apenas denúncia.

Ao longo das edições da *Conferência de Jornalismo de Favelas e Periferias*, consolidou-se um espaço de articulação em que comunicadores compartilham métodos, constroem redes e elaboram estratégias diante das desigualdades informacionais e ambientais. O jornalismo afirma-se como prática de incidência política, ancorada em experiência e compromisso territorial.

Nos territórios, o jornalismo não se encerra na publicação. Circula por escolas, associações, rádios comunitárias, grupos de mensagem e redes

de oralidade. Esse movimento desloca a comunicação de um modelo centrado em conteúdo para um processo que envolve presença, escuta, contexto e responsabilidade sobre os efeitos das narrativas. Comunicar, aqui, é organizar memória, fortalecer vínculos e disputar sentidos.

A circulação informacional, no entanto, não tem as mesmas premissas. Plataformas digitais priorizam velocidade e polêmica, enquanto temas como justiça climática tendem a ter menor alcance. Além disso,

as desigualdades no acesso à internet limitam a presença de muitos territórios nas redes. Enxergar esse cenário como problema técnico é um erro. Trata-se de uma distribuição desigual de visibilidade e de poder.

A resposta construída pelos coletivos não recusa o digital. Combina redes sociais com rádio comunitária, encontros presenciais, materiais impressos, áudios e outras formas de circulação já enraizadas na vida coletiva.

Quando jornalistas investigam abusos em seus próprios territórios, o trabalho se entrelaça à vida. Isso amplia a legitimidade e

também o risco. Por isso, redes de apoio, protocolos de segurança e proteção autoral são condições de continuidade. Sustentabilidade é poder trabalhar sem ser silenciado, adoecer ou ficar isolado.

Assim, fortalecer o jornalismo territorial implica enfrentar a estrutura de financiamento. Recursos seguem concentrados em grandes organizações, com maior capacidade de tradução de suas práticas para a linguagem dos financiadores. Desse jeito, acessar recursos depende menos da relevância do trabalho e mais da capacidade de operar dentro de determinada lógica institucional.

Justiça climática exige financiamento contínuo, apoio à estrutura, segurança, assessoria jurídica e condições de trabalho que não produzam adoecimento. Para isso, não basta que coletivos se ajustem. A filantropia é que precisa estar aberta e se melhorar.

Também no expediente desta publicação está sua força. Nome e sobrenome de quem dedicou horas de trabalho, formulação intelectual e elaboração política para que o documento exista com essa qualidade. São essas pessoas que garantem a consistência das análises apresentadas.

Este dossiê reúne propostas formuladas por quem vive, conta e analisa a realidade a partir dos territórios. É síntese política de um campo que se organiza nacionalmente e documento que devolve ao debate público caminhos concretos para fortalecer o jornalismo territorial, democratizar o acesso a recursos e reconhecer mídias periféricas como agentes centrais na defesa da democracia.

As recomendações vêm da prática cotidiana de jornalistas, comunicadoras e comunicadores que fazem, todos os dias, o que falam e escrevem. Coerência entre ideia e ação. Práxis enraizada no território. Comunicação popular.

Durante a leitura de cada texto, enquanto eu destacava pontos para este posfácio, tive a companhia de Antonieta de Barros, Eunice Cunha e Abdias Nascimento. Porque este dossiê se inscreve em uma tradição de imprensa negra que compreende a palavra como instrumento de disputa. Essa linhagem, que tanto nos orgulha, atualiza-se neste documento ao articular comunicação e transformação ao território e à justiça climática – dimensões inseparáveis.

O jornalismo das favelas e periferias não se limita a narrar o mundo. Intervém nele. Produz informação que orienta decisões, sustenta reivindicações, organiza coletivos e pressiona estruturas de poder.

O que está colocado neste documento não é a necessidade de escuta. Já foi. As práticas já existem, as respostas estão formuladas e os caminhos são conhecidos. Estão registrados.

O que se exige, a partir daqui, é deslocamento de prioridades, redistribuição de recursos e responsabilidade política diante do que está dito. ●

Bianca Santana é escritora, jornalista, doutora em ciência da informação e mestra em educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Fundação Armando Alvares Penteado (Faap), é colunista da *Folha de S.Paulo* e comentarista do *Jornal da Cultura*. Também é autora de *Apolinária*, *Quando me descobri negra*, *Continuo preta: a vida de Sueli Carneiro*, *Arruda e Guiné: resistência negra no Brasil contemporâneo* e dos infantis *Quem limpa?* e *Diálogos feministas antirracistas (e nada fáceis) com as crianças*.

EXPEDIENTE

Coordenação-geral

Anderson Meneses – Agência Mural

Fabiana Sousa – Fundação Itaú

Monique Silva – Fala Roça

Fundação Itaú

Presidente do Conselho Curador Alfredo Setubal

Presidente da Fundação Itaú Eduardo Saron

Conhecimento e Estratégia Institucional

Superintendente Ana de Fátima

Comunicação e Relações Institucionais

Gerência Alan Albuquerque

Coordenação Renato Corch e Simoni Barbiellini

Comunicação institucional Fabiana Sousa

Design e gestão de marcas Ailson Taveira e Helga Vaz

Dossiê**Edição**

Anderson Meneses, Izabela Moi e Paulo Talarico – Agência Mural

Tatiana Lima – Fala Roça

Relatoria

Aline Rodrigues – Periferia em Movimento (SP)

Brenda Gomes – Entre Becos (BA)

Cristian Góes – Mangue Jornalismo (SE)

Elize Mayara – Jovens Tapajônicos (PA)

Fernanda Calé – Agência Lume (RJ)

Gabriele Oliveira – Desterro Jornalismo (SC)

Gilberto Luiz – Sargento Perifa (PE)

Iajima Silena – Nós, Mulheres da Periferia (BA)

Larissa Pontes – Eficientes (PE)

Lorrayne Batista – Conecta Cabana (MG)

Madalena Vieira – Abaré (AM)

Ugo Farias – Utopia Amapaense (AP)

Autoras e autores convidados

Alice Dutra Balbé (UFRGS/CNPq)

Anielle Franco

Bianca Santana

Cláudia Herte de Moraes (UFMS/CNPq)

Daiene Mendes

Eloisa Beling Loose (UFRGS/CNPq)

Hellen Lirtêz (Ufac)

Lilian Saback (UFRJ)

Ludmilla Almeida (UFG)

Manoel Soares

Márcia Guena (Uneb)

Revisão

Karen Fontoura e Osvaldo Lopes – Fala Roça
Vagner de Alencar – Agência Mural

Projeto gráfico

Estúdio Drama

Ilustrações

TETIIIZ, Stephanie Gonçalves

Produção gráfica

Lilia Goes

Equipe da conferência

Este encontro só foi possível graças ao esforço coletivo de muitas pessoas que ofereceram seu trabalho, tempo e dedicação para torná-lo realidade.

Produção

Beatriz Pessoa
Camila Perez
Joelma Silva
Osvaldo Lopes
Tainara Lima

Comunicação

Igor Soares
Karen Fontoura
Lucas Holanda
Michel Silva
Nathalia da Silva
Rodrigo Silva
Tatiana Lima

Projeto gráfico

Rayana Chaves

Ilustração

Nathalia Flores

Audiovisual

Cauã Lima
David Souza
Luan Silva

Fotógrafo

Igor Siqueira

Administração

André Bizerra

Técnico de projeção

Luan Barros

Apoio

Aloísio de Jesus
Bárbara Fontoura
Danielle Nascimento
Eduardo Batista
Jorge Oliveira
Vagner Silva

Acessibilidade – intérpretes de Libras

Kamila Rodrigues
Thamires Alves

Brigadistas

Ana Carla Silva Vieira
Andrea da Silva

Segurança

Samuel Machado

Alimentação

Alessandra Kraieski
Patrícia Melo
Sandra Lopes

Limpeza

Antônia Samara Marques
Jaqueline Katana
Maria Silva

Eletricista

André Gateiro

Direção da Agência Mural

Cintia Gomes

Izabela Moi

Paulo Talarico

Vagner Alencar

Bolsistas

A conferência garantiu a participação de jornalistas de diferentes regiões do Brasil, selecionados por meio de um programa de bolsas.

Acre

O Varadouro – Alexandre Cruz-Noronha

Amapá

Coletivo Utopia Negra Amapaense – Ugo Farias

Amazonas

Abaré Escola de Jornalismo – Madalena Vieira

Rede Wayuri – Ray Baniwa

Bahia

Entre Becos – Brenda Gomes

Nordeste Eu Sou – Jefferson Borges

Site Coreto – Raquel Lemos

Espírito Santo

Calango Notícias – Geisiane Teixeira

Minas Gerais

Conecta Cabana – Lorryne Batista

Jornalista independente – Gabi Coelho

Pará

Coletivo Jovens Tapajônicos – Elize Mayara

Tapajós de Fato – Isabelle Maciel

Pernambuco

Afoitas – Lenne Ferreira

Eficientes – Larissa Pontes

Sargento Perifa – Gilberto Luiz

Piauí

Coar Jornalismo – Maria Eduarda Goulart Azevedo

Rio de Janeiro

Agência Lume – Douglas Teixeira e Fernanda Calé
Bem TV – Douglas Campos de Souza e Thais Amaral
Caravana Abraji – Thaís Cavalcante da Silva
Decodifica – Bruno Sousa e Marcos Vinicius
Fórum Grita Baixada – Fabio Leon Moreira
Frente da Maré – Anisio Borba
Instituto Papo Reto – Jonah do Nascimento Vicente
Instituto Papo Reto – Renata Trajano
O Catarinão – Samara Oliveira
PPG Informativo – Muza de Sângó
Redes da Maré – Jessica Pires
Site da Baixada – Wesley Brasil
Voz das Comunidades – Alana Nascimento
Voz de Guadalupe – Fernanda Lima
Jornalistas independentes – Isabelle Trindade
e Claudia Santiago

Rio Grande do Sul

TV da Bonja – Luiz Henrique
Retratos de Favela – Raíssa Star

Santa Catarina

Desterro Jornalismo – Gabriele Oliveira

São Paulo

Desenrola e Não me Enrola – Thais Siqueira
Manda Notícias – Gisele Alexandre
Nós, Mulheres da Periferia – Iajima Silena
Periferia em Movimento – Aline Rodrigues

